

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA:  
fatores para a mobilidade dos estudantes do Ensino Superior  
para Portugal**

**ELISABETE MARIA RODRIGUES MORAIS**

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL**

**Ano de conclusão**

**2021**

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**A QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA:  
fatores para a mobilidade dos estudantes do Ensino Superior  
para Portugal**

**ELISABETE MARIA RODRIGUES MORAIS**

**MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL**

Dissertação orientada pela Professora Doutora Antónia Barreto

**Ano de conclusão**

**2021**

## RESUMO

Vivemos num mundo em constante mudança, onde a educação tem vindo a desempenhar um importante papel para o desenvolvimento dos Países. Este trabalho contém uma breve resenha da evolução do ensino superior Angolano e a sua análise quanto à sua qualidade. Na parte empírica, investigámos as razões apresentadas por estudantes Angolanos para fazerem a sua formação no exterior do País, que perceções têm sobre o ensino superior Angolano e que expectativas têm para quando terminarem a sua formação.

Este estudo está estruturado em quatro capítulos e obedece a uma abordagem metodológica qualitativa, tendo por base a aplicação de uma entrevista semiestruturada a uma amostra de conveniência. Os estudantes angolanos entrevistados escolhem Portugal para estudar por razões históricas, pela língua e porque têm uma rede de apoio, constituída por familiares e amigos; consideram que estudar no estrangeiro lhes pode garantir poder, prestígio e vantagens no acesso a um emprego que lhes garanta um bom salário e promoção social; consideram que o ensino superior Angolano tem muitas lacunas, no que concerne à qualidade pedagógica e científica dos docentes; às infraestruturas (poucos laboratórios e indevidamente apetrechados, salas desconfortáveis). Referem que é a necessidade de afetação de recursos económicos escassos, a razão das políticas governamentais não estarem realmente a ser implementadas e realçam a necessidade de uma aposta no Ensino mais contundente para que possa, a qualidade do Ensino Angolano no geral; ser equiparada aos países europeus. Alguns dos estudantes entrevistados não pretendem regressar após a sua formação, pois consideram que já não se habituariam ao modo de vida em Angola, nem às dificuldades sociais, à falta de infraestruturas do País e insegurança.

**Palavras-chave:** Ensino Superior em Angola; Qualidade da formação; Perceções dos Estudantes sobre o ensino superior.

## **ABSTRACT**

We live in a constantly changing world, where education has been playing an important role for the development of countries. This work intended to make a brief review of the evolution of the Angolan higher education and its quality analysis. In the empirical part, we investigated the reasons given by Angolan students for undertaking their training abroad, what perceptions they have about Angolan higher education and what expectations they have for when they finish their training. This study is divided into four chapters and follows a qualitative methodological approach, based on the application of a semi-structured interview to a convenience sample. The Angolan students interviewed chose Portugal to study in for historical reasons, for the language and because they have a support network, made up of family and friends; they consider that studying abroad can guarantee them power, prestige and advantages to accessing a job that guarantees them a good salary and social advancement; they consider that Angolan higher education has many gaps, with regards to the pedagogical and scientific quality of its teachers; infrastructure (few laboratories and inadequately equipped, uncomfortable rooms). They refer that the need to allocate scarce economic resources is the reason why government policies are not really being implemented and highlight the need for a stronger focus on Education so that the quality of Angolan Education, in general, can be achieved; be equated with European countries. Some of the students interviewed do not intend to return after their training, as they believe that they would no longer get used to the way of life in Angola, nor to the social difficulties and lack of infrastructures in the country and insecurity.

**Keywords: Hight education; Quality; Student's perception about Hight education**

*Aos jovens Angolanos,  
Aos jovens portugueses.  
Aos jovens,  
Aos que conheci e aos que hei-de vir a conhecer!*

*Caminante, son tus huellas  
el camino y nada más;  
caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar..*

(Antonio Machado)

## **AGRADECIMENTOS**

Qualquer que seja o trabalho só é possível pela colaboração, conselhos e paciência de muitas pessoas.

Assim, agradeço a todos os professores do curso de mestrado da Universidade Aberta: Administração e Gestão educacional, que se disponibilizaram a partilharem os seus conhecimentos com aqueles que querem aprender;

À minha orientadora, Doutora Antónia Barreto, pela paciência, respostas, conselhos, orientações. Sem o seu apoio não teria sido possível;

Aos meus colegas de curso pelo companheirismo e partilha que possibilitaram a aquisição de novos saberes e habilidades indispensáveis nesta caminhada chamada educação;

Aos que se disponibilizaram para colaborar neste estudo;

À minha família, que amo incondicionalmente;

A todos não mencionados e que, de algum modo, contribuíram para tornar possível esta pesquisa,

Obrigada!

## ÍNDICE

RESUMO .....	I
ABSTRACT .....	II
AGRADECIMENTOS .....	IV
ÍNDICE .....	V
ÍNDICE DE QUADROS .....	VII
ABREVIATURAS, SIGLAS e ACRÓNIMOS.....	VIII
I - INTRODUÇÃO.....	1
II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
1. Evolução do ensino superior em Angola.....	6
1.1. Período Colonial - breve resenha .....	6
1.2. Período pós-independência.....	10
2 - A qualidade no ensino superior angolano.....	21
2.1. A ideia de qualidade no Ensino Superior.....	21
2.2. Qualidade do Ensino Superior: a visão Angolana .....	26
3 - A mobilidade dos estudantes.....	34
3.1. A internacionalização do Ensino Superior .....	34
3.2. De Angola para Portugal .....	40
III - O ESTUDO EMPIRICO.....	45
1 - Metodologia .....	46
1.1. Problemática.....	46
1.2. Pergunta de partida .....	47
1.3. Objetivos do estudo .....	47
1.4. Desenho da investigação .....	48
1.5. Participantes no estudo .....	54
IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS .....	56
1. Quem são os entrevistados? .....	57
2 - Apresentação e comentário dos dados .....	59
V - CONCLUSÕES .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
ANEXOS .....	85

Anexo 1 - Linhas mestras de 2005 - (Lei 13/01, de 31 de dezembro/ Resolução nº4/07, de 2 de fevereiro).....	87
Anexo II – Guião da entrevista.....	90
Anexo III – Transcrição das entrevistas.....	92
Entrevistado E1 .....	92
Entrevistado E2 .....	96
Entrevistado E3 .....	99
Entrevistado E4 .....	103
Entrevistado E5 .....	107
Entrevistado E6 .....	110
Anexo IV – Sinopse das entrevistas .....	114

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos Centros Universitários por Províncias.....	12
Quadro 2- Comparação das despesas do Estado Angolano com a formação superior (em milhares USD) de1997-2001.....	13
Quadro 3 - Diplomas legais de 2001-2016.....	14
Quadro 4- IES de 1999-2007 .....	15
Quadro 5 - Número de alunos matriculados (1972-2005).....	16
Quadro 6 - IES 2011 .....	17
Quadro 7 - Regiões Académicas .....	18
Quadro 8 - Categorias compreensão Qualidade ES .....	23
Quadro 9- Visões da Qualidade no Ensino Superior.....	24
Quadro 10 - Alunos da CPLP inscritos no ensino superior de 1995/1996 a 2011/12 .....	40
Quadro 11 - Estudantes CPLP na IES Portuguesas (2000/2002).....	41
Quadro 12- Paradigma Qualitativo x Paradigma Quantitativo.....	49
Quadro 13 – Categorias de Análise .....	53
Quadro 14 - Sub-categorias e indicadores/unidades de registo.....	54
Quadro 15 - Categoria A - Identificação e Caraterização.....	57
Quadro 16 - Motivação para estudar em Portugal .....	60
Quadro 17 - Perceções sobre a formação Superior em Angola e em Portugal ....	65
Quadro 18-- Expetativas/aspirações após término da formação.....	66

## ABREVIATURAS, SIGLAS e ACRÓNIMOS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
ANGO	Agência de Notícias Angola Press
ANU	Agência das Nações Unidas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EGU	Estudos Gerais Universitários
GAA	Gabinete de Avaliação e Acreditação
IES	Instituição Ensino Superior
INAAES	Instituto de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
LDSE	Lei de Bases Sistema Educativo
MEC	Ministério do Ensino e da Cultura
MESCT	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MPLA	Movimento Popular de Libertação Angolana
PND	Plano Nacional Desenvolvimento
PNFQ	Plano Nacional de Formação de Quadros
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SADC ( <i>Southern African Development Community</i> )	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SEE	Secretaria Estado Educação
SEES	Secretaria de Estado para o Ensino Superior
UA	União Africana
UAN	Universidade Agostinho Neto

## **I - INTRODUÇÃO**

Num mundo apressado, egoísta e consumista torna-se imperativo construir uma sociedade mais equitativa e democrática, com cidadãos críticos, responsáveis, com saberes e saberes-fazer atualizados.

Nos últimos anos as sociedades assentam cada vez mais em paradigmas tecnológicos e científicos que dão grande ênfase à informação e ao conhecimento (Castells, 2000). É assim que a qualidade de ensino se torna imperativa pelas implicações económicas, políticas e sociais, tornando necessária a avaliação, interna e externa, das instituições educativas.

Em Angola, desde a sua formação, o Ensino Superior tem vindo a responder a difíceis desafios. A sua história e evolução encontram-se interligadas com a própria história do País. Enquanto Colónia Portuguesa, o Ensino Superior tinha como objetivo responder à necessidade de formação de quadros necessários para a implementação da política colonial. Após a independência, o jovem País tem sofrido convulsões políticas e económicas que interferem no modo como tem evoluído.

Com a expansão do Ensino Superior, público e privado, no País, o Governo passou a preocupar-se com a qualidade, reconhecendo que esta é muito importante para o cumprimento dos seus objetivos definidos no Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2022 reforça que a política para o sector da educação, expressa na Estratégia a Longo Prazo – ELP Angola 2025, visa “promover o desenvolvimento humano e educacional do povo Angolano, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos Angolanos” (MEP, 2018: 74). Contudo, continua a verificar-se um crescente aumento de estudantes angolanos na diáspora, nomeadamente em Portugal.

As motivações que nos levaram a fazer este estudo são, em primeira instância, pessoais e profissionais, pois a vivermos e a trabalharmos em Angola cedo nos apercebemos que a educação vivia estrangimentos diversos, fruto de uma histórica política, económico, social e até cultural. Das conversas com o Corpo Docente das universidades angolanas, Órgãos de Direção e Estudantes

ressaltava que o discurso legal e político não chegava do mesmo modo ao seu principal alvo – os estudantes. O discurso dos estudantes fazia sobressair o seu sonho de poderem estudar fora do País e a procura que faziam para o conseguir.

Por razões de saúde e profissionais decorrentes da COVID 19 regressamos a Portugal e tivemos que readaptar o nosso trabalho e passamos a dar relevância às constatações feitas relativas à vontade dos estudantes angolanos saírem do País para estudar. Pareceu-nos, pois, relevante perceber quais as motivações dos estudantes Angolanos para virem estudar para Portugal, qual a sua perceção sobre o ensino superior em Angola e quais as suas expetativas em relação ao futuro após formação.

A pergunta orientadora da pesquisa é a seguinte: Que motivações têm os estudantes angolanos para estudarem em Portugal, que opiniões têm sobre o Ensino Superior Angolano e quais as suas expetativas para o futuro?

Como objetivos do estudo definimos:

- Analisar causas e motivações de mobilidade dos jovens estudantes angolanos para Portugal.
- Analisar que perceções os estudantes Angolanos em Portugal têm sobre o Ensino Angolano.  
.Analisar que expetativas têm os estudantes Angolanos após término da sua formação

Dividimos o nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro, segundo e terceiro capítulos fazemos o enquadramento teórico. Apresentamos a criação e evolução do ensino superior em Angola, desde o período colonial até ao momento atual. Também nestes capítulos traremos o ambíguo e polémico conceito de qualidade do ensino superior, como é ele visto pelos Órgãos da Tutela, que passos têm dado no sentido de a alcançar. Analisaremos também a ideia de internacionalização do Ensino Superior para falarmos da mobilidade dos estudantes de Angola para Portugal.

No quarto capítulo apresentamos a metodologia do nosso estudo. Esta desenhasse no paradigma qualitativo. Os nossos entrevistados foram escolhidos por conveniência, com efeito bola de neve, constituindo uma amostragem não

probabilística. Os dados foram recolhidos por meio da utilização de entrevista semiestruturada. Os dados serão analisados pela técnica de análise de conteúdo. No quinto capítulo apresentamos os resultados, comentados à luz do suporte teórico.

O nosso trabalho tem ainda a introdução, a conclusão e reflexões finais sobre as dificuldades na sua elaboração e a proposta de estudos futuros no âmbito da temática.

## **II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## 1. Evolução do ensino superior em Angola

Neste ponto, pretendemos trazer uma breve resenha histórica sobre a evolução do ensino superior em Angola, desde o período colonial até aos nossos dias.

### 1.1. Período Colonial - breve resenha

Angola é um jovem País situado na África Austral com uma dimensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>. Tem como Países limítrofes, a Norte, as Repúblicas do Congo e do Congo Democrático, a Este, a República da Zâmbia, a Sul, a República da Namíbia e a Oeste, o Oceano Atlântico.

*Figura 1 - Mapa de Angola*



*Fonte: <http://canal82.blogspot.com/2015/08/origem-do-nome-angola.html>*

Angola foi uma colónia (de Portugal) tendo-se tornado independente, na sequência de uma guerra de libertação nacional iniciada em 1961, a 11 de novembro de 1975. Na reta final da sua luta pela independência foi alvo de

invasões de exércitos estrangeiros e, após a sua independência, desenrolou-se uma guerra civil, pelo poder político, que terminou a 4 de abril de 2002.

Percebe-se, pois que tem uma história atribulada: colonialismo, luta pela independência, guerra civil pelo Poder.

A criação e implementação do Ensino Superior em Angola colam-se à sua história e sofre influência do que a rodeia.

Assim, não estando isolado do Mundo e encontrando nos Países vizinhos, a colonização como elemento de identificação, a evolução do Ensino Superior em Angola enquadra-se em conceitos e definições gerais utilizados também para estudar a história da Universidade em África.

Kandingi (2016: 9-10) cita na sua tese de doutoramento Makosso et al. (2009) para referir que na história da Universidade em África se destacam três períodos: a Era das universidades coloniais; a Era das universidades da independência e a Era das universidades de desenvolvimento. Citando o relatório da UNESCO (1991), Kandingi aponta a existência de três momentos no desenvolvimento do Ensino Superior em África, nomeadamente:

(i) Fase da universidade como símbolo de soberania, que remete para a ideia de que com a independência as nações africanas viram na educação a chave do desenvolvimento económico e social e do renascimento cultural;

(ii) Fase da expansão, que responde à necessidade de formação de quadros, que tem subjacente a ideia de que na sequência das independências assistir-se-á a um esforço determinado dos dirigentes e aos sacrifícios das famílias africanas na ânsia de assegurarem um padrão de vida mais elevado e melhor para os seus filhos;

(iii) Fase de crise, com cortes draconianos de recursos financeiros, na qual se ressalta o excessivo peso relativo do Ensino Superior em termos de custos, sendo uma das razões o baixo rácio professor-aluno e a grande quantidade de pessoal não docente (funcionários) (Kandingi, 2016: 9).

É com base nestes autores, e ainda em Silva (2004), Carvalho (2012) e Liberato (2019), que decidimos dividir a história do Ensino Superior em Angola numa fase colonial e numa fase pós-colonial.

O ensino primário, na fase colonial, era afirma Soares (2002: 4), monopólio das escolas oficiais e de congregações religiosas, nos centros urbanos e destinava-se

aos filhos dos colonos e aos “assimilados” – crianças africanas cujas famílias adotaram a língua e o estilo de vida social portuguesa.

Os estratos sociais mais baixos não tinham acesso (ou tinham um acesso difícil), como refere Carvalho (2012: 52) porque o “local de nascimento, o local de residência e a posição social determinavam claramente o acesso a este nível de ensino, que reproduzia para as gerações seguintes a estratificação social da Angola colonial”.

Já na década de 60 do século XX, as insurreições armadas, que ocorreram em várias localidades de Angola, forçaram o Governo colonial Português a alterar as suas políticas educativas<sup>1</sup> para as colónias, que ganharam a designação de Províncias Ultramarinas, sendo assim o termo colónia banido.

No Plano do Governo de 1962, no capítulo da Política Social, ficou contemplada a criação do ensino superior orientado para a formação e atualização de técnicos agropecuários, médicos, engenheiros e professores do ensino secundário (Soares, 2004).

Assistiu-se então à criação de uma dinâmica que elevou os níveis de desenvolvimento, sobretudo de Angola e Moçambique, face aos restantes países da África Subsariana (Kandingi, 2016: 54).

Com a aprovação do Plano do Governo para 1962 pelo Conselho Legislativo de Angola, fica contemplada a formação e qualificação de recursos humanos com vista ao alcance dos objetivos de desenvolvimento económico e social do País. Urge então a criação do Ensino Superior. Este fica elencado a fatores de natureza interna e a fatores de natureza externa.

No primeiro grupo encontram-se os interesses e reivindicações da burguesia colonial que exigia que os seus filhos tivessem continuidade dos seus estudos sem que tivessem de abandonar Angola (que apenas os mais abastados economicamente podiam fazer); e no segundo grupo encontravam-se os olhares internacionais sobre a exploração colonial e os movimentos pan-africanos e da

---

<sup>1</sup> Em 1961, para análise aprovação o Plano de Governo para 1962, foi submetido pelo Governador Geral de Angola, General Venâncio Deslandes, este plano que passou a ser conhecido como Plano Deslandes.

Agência das Nações Unidas (ANU)<sup>2</sup> que exigiam de Portugal a concessão de independência às suas colónias (Silva, 2004 citado por Kandingi, 2016: 55).

É então neste período colonial, implementado o subsistema de ensino superior em Angola, com a criação, em 1962, dos Estudos Gerais Universitários (EGU), através do Decreto-Lei n. 44 530 de 21 de agosto de 1962, apesar de terem já sido criados em 1958, pela Igreja Católica, os estudos superiores em Luanda e em Nova Lisboa<sup>3</sup> (Kandingi, 2013).

Neste período o Ensino Superior implantou-se em zonas urbanas onde a concentração de colonos era maior.

Nas zonas periféricas ou rurais eram as igrejas (católicas ou protestantes) quem ministravam um ensino que servia de ferramenta evangelizadora com o intuito de formar alguns quadros africanos a serem integrados no modelo social de dominação colonial. Em conformidade com M´Bokolo a política educativa colonial em Angola (e em África) pretendia a “manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial” (1992, p. 397).

Os EGU foram inaugurados pelo Presidente da República Portuguesa Américo Tomás, em Luanda, a 6 de outubro de 1963. Em Luanda lecionavam os cursos de medicina, ciências e engenharias; no Huambo de agronomia e veterinária e no Lubango as áreas de letras, geografia e pedagogia.

Por força do Decreto-lei 48/90 de 23 de dezembro de 1968 os Estudos Gerais adquiriram o estatuto de universidade, dando origem à Universidade de Luanda<sup>4</sup>, ganhando alguma autonomia relativamente à Universidade Portuguesa e a

---

<sup>2</sup> A 20 de abril de 1961, foi aprovada a resolução n. 1.603 (XV), na qual condenava a política colonial portuguesa, criando também um subcomité para fazer um relatório acerca da situação em Angola.

<sup>3</sup> Atual Província do Huambo.

<sup>4</sup> Conforme página eletrónica da Universidade Agostinho Neto “A 23 de Dezembro de 1968, como corolário do seu desenvolvimento, os Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique adquiriram o estatuto de universidades por força do Decreto-Lei nº 48.790, adoptando as designações de Universidade de Luanda e Universidade de Lourenço Marques (actual Maputo), respectivamente, conferindo os graus de licenciado, doutor e agregado. Data dessa altura, para o caso de Angola, a criação das licenciaturas em Matemáticas Puras e Aplicadas, Física, Química, Geologia e Biologia, que se juntam às de Medicina, Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Electrotécnica e Químico-Industrial, ministrados em Luanda. Na Huíla onde funcionavam já os cursos de Ciências Pedagógicas e a Formação de Professores do 8º e 11º grupos do Ensino Técnico, passam a ministrar-se também as licenciaturas em História, Geografia e Filologia Romana” (<https://uan.ao/historia/>).

possibilidade de conceder o grau académico de licenciado aos seus estudantes. (Silva, 2016; Pimenta, 2008).

## 1.2. Período pós-independência

Em 1974, o fim do regime salazarista português veio a ditar o término da presença colonial portuguesa em território Angolano. Com a proclamação da independência, em 1975, nasce um novo período na história Angolana e, conseqüentemente, na história do ensino superior Angolano.

Este novo período surgiu bruscamente, não se encontrando as estruturas político-sociais Angolanas preparadas para as mudanças e transformações necessárias. Por isso, afirma Liberato (2019: 64-65), as transformações económicas, sociais, políticas e culturais são as que mais afetam e condicionam o subsistema de ensino superior.

Para esta autora o período pós-colonial pode ser dividido em “*quatro etapas distintas, cada uma delas com características muito próprias, nomeadamente: a) Revolucionário/ popular (1975-1991); b) colapso (1992-2001); c) reforma (2002-2016) e d) Reforma da reforma (2017...)*”.

As duas primeiras etapas correspondem à *Era da Independência*, já atrás mencionada e às *fases I e II* defendidas pela UNESCO. Já as últimas etapas correspondem à *Era do Desenvolvimento* e à fase III proposta pela UNESCO. Ferreira (2005: 107) refere que

A herança colonial sobrevaloriza as instituições herdadas do processo de civilização técnico-industrial, desvalorizando ou desconhecendo a tradição africana e construindo e promovendo elites dirigentes com o objectivo de integração no sistema-mundo.

De 1975 a 1991 Angola vivia um período com ideais socialistas (Liberato: op. cit.: 69) que implicaram profundas alterações na política do ensino superior. Nesta fase a formação Superior era consagrada à Formação do Novo Homem Angolano (Liberato, 2017).

A educação ganha um cariz político, onde o Partido geria as necessidades de formação, dedicando-se apenas a formar “os quadros necessários para a execução [atual] das tarefas do partido (Neto, 1979: 43).

Como afirma Liberato (2019: 69) citando Nascimento (1978), esta “nova” Universidade passou a ser uma Universidade da classe operária e a formar “intelectuais revolucionários” (Nascimento, 1978: 27), tendo sido a Universidade, neste período, convertida em “Universidade do Povo em prol do Povo”.

A mudança dos estudantes, que ingressavam no Ensino Superior, foi promovida pela intervenção do Estado, sobretudo de 1975 a 1987, com a atribuição de bolsas de estudo para o exterior sob o manto de protocolos com os países alinhados (Faria, 2012: 276).

Após a independência de Angola, as Universidades existentes (a Universidade Luanda, a Universidade do Huambo e a Universidade do Lubango) aglutinam-se para formar a Universidade de Angola, conforme o Decreto n.º 60/76 de 19 de junho. Este diploma pretendia que se pensasse numa reforma do sistema educativo de modo a servir os anseios de aspirações do Povo.

A autora citada refere também que

Este investimento público em educação média e superior inscreve-se nos projetos de desenvolvimento das novas administrações socialistas (administrações 1975-1979 e 1979-1987) e sustentam-se em acordos celebrados com países politicamente alinhados. Na década de 1980, a atribuição de bolsas passa da coordenação do partido no poder (MPLA), para um modelo mais regulado, dependente do Estado – o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE). (Faria, op. cit.: 276).

Esta geração de alunos, que a autora refere como “bolseiros”, traz uma força intelectual Angolana com competências antes inexistentes. Este facto e as tentativas de abertura à economia global e as mudanças estruturais do regime levam o Estado a investir na construção de universidade em Angola e em bolsas internas, dando origem a “novos estudantes” (Faria, op. cit.:275-276).

A Universidade sob tutela do Ministério da Educação e da Cultura, acolheu o Instituto de Investigação Científica de Angola e, em 1985, pela resolução 1/85<sup>5</sup> do

---

<sup>5</sup> Ver Diário da República – 1ª Série de 28 de janeiro de 1985.

Conselho de Defesa e Segurança, adota o nome de Universidade Agostinho Neto (UAN), em memória do seu primeiro Reitor e também primeiro Presidente da República de Angola, Dr. Agostinho Neto.

De 1985 a 2009, a UAN foi a única Universidade Estatal, estando as suas Unidades Orgânicas implantadas em várias províncias:

**Quadro 1 – Distribuição dos Centros Universitários por Províncias**

<b>Centros Universitários</b>	<b>Províncias</b>
<b>Centro Universitário de Luanda</b>	Luanda e Bengo
<b>Centro Universitário de Cabinda</b>	Cabinda e Zaire
<b>Centro Universitário do Uíge</b>	Uíge, Cuanza-Norte e Malange
<b>Centro Universitário do Huambo</b>	Huambo e Bié
<b>Centro Universitário de Benguela</b>	Benguela e Cuanza-Sul
<b>Centro Universitário da Huíla</b>	Namibe, Huíla, Cunene e C. Cubango

*Fonte: Relatório da UAN (2002-2004)*

Estes Centros Universitários, conforme UAN (2002), dependiam da Reitoria da UAN e eram dirigidos por um Coordenador nomeado pelo Reitor ou por um Vice-Reitor, caracterizando-se, no entanto, pela sua autonomia pedagógica, científica e financeira e aglutinavam todas as Unidades Orgânicas de ensino e de Investigação de uma região.

Destes Centros Universitários dependiam os Polos Universitários que não tinham autonomia pedagógica e científica, havendo a pretensão de que se transformassem em Centros Universitários.

Foram criados, nesta fase, seis (6) Pólos Universitários nas Províncias de Benguela (Pólo Universitário do Cuanza-Sul), Huambo (Pólo Universitário do Bié), Huíla (Pólo Universitário do Namibe), Luanda (Pólo Universitário da Lunda-Norte e Pólo Universitário da Lunda-Sul) e Uíge (Pólo Universitário de Malange).

Com esta estrutura esperava-se promover o acesso a todos os estudantes do território Angolano que desejassem a formação superior, ainda que se procurasse

a satisfação mais equilibrada na formação de quadros que ajudassem o País no seu desenvolvimento socioeconómico.

Apesar da tentativa destes investimentos na educação, o Estado Angolano, com a sua intenção de formar intelectuais revolucionários com competências políticas para garantir a Reconstrução Nacional (Nascimento, 1978 citado por Liberato, 2019: 69-70), não cuidou do setor da educação como deveria e acabou por descurar o ensino superior, fomentando a formação dos seus quadros no exterior do País<sup>6</sup>.

O reacendimento da guerra civil em 1992 promoveu a continuidade da política do envio de estudantes para o estrangeiro – aumento de bolseiros, dando início a uma nova etapa do ensino superior Angolano – o colapso.

Nesta nova etapa, de 1992-2001, o Estado Angolano desinvestiu neste subsistema. Liberato apresenta um quadro que justifica esta afirmação

**Quadro 2- Comparação das despesas do Estado Angolano com a formação superior (em milhares USD) de 1997-2001**

	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%
<b>Universidade</b>	13 418	9	12 913	11	13 767	11	23 300	11	31 702	11
<b>Bolsas</b>	29 138	19	13 204	11	46 141	36	30 205	15	28 091	9
<b>Total</b>	42 556	27	26 117	21	59 908	46	53 505	26	59 793	20

*Fonte: Liberato (2019: 71)*

Esta falta de investimento justifica esta etapa como colapso do subsistema de ensino em estudo e obriga o Estado posteriormente à produção de diplomas legais para reavivar o ensino superior.

Em 31 de dezembro de 2001 é aprovada a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), a Lei 13/01, com o intuito de promover a reforma do ensino em Angola.

---

<sup>6</sup> Zau (2002: 137) refere que de 1975-1991 “foram formados no interior de Angola 2174 técnicos superiores e de 1982 a 1992 foram formados um total de 1733 técnicos superiores em vários países da Europa (ocidental e oriental), da América Latina e da América do Sul”.

Esta Lei reconhece a educação como um fenómeno de carácter social que reflete o grau de desenvolvimento económico, político e social.

A LBSE de Angola (2001) entende a educação como um processo que promove o desenvolvimento do indivíduo. Divide o Sistema de Educação em dois subsistemas:

- a) Subsistema do Ensino Geral (Primário, Secundário);
- b) Subsistema do Ensino Superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento).

Inicia-se então uma nova etapa compreendida entre 2002 e 2006, a que Liberato (2019) apelidou da fase da reforma.

O Ministério do Ensino e da Cultura – MEC fez um diagnóstico em 2001 do Ensino Superior. Nele reconheceu as grandes carências deste subsistema de ensino MEC (2001: 29) e propôs a elaboração de um Plano Estratégico para a melhoria da qualidade do ensino/formação ministrado, incentivo à investigação e aumento do número de vagas disponíveis.

Nesta fase são elaboradas e promulgadas um conjunto de Leis e Decretos com vista a favorecer a reforma do ensino, nomeadamente:

### ***Quadro 3 - Diplomas legais de 2001-2016***

<b>Ano</b>	<b>Legislação</b>
<b>2001</b>	Lei de Bases do Sistema de Educação
<b>2007</b>	Resolução 4/07 – Aprovação das Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Sistema de Ensino Superior
<b>2009</b>	Decreto Conselhos de Ministros N.º 5/09, aprova as Regiões Académicas
<b>2009</b>	Decreto 07/09, criação de novas IES e redimensionamento da UAN
<b>2010</b>	Decreto Presidencial N.º 70/10 - Estatuto Orgânico do MESCT
<b>2011</b>	Decreto 229/11 - Estatuto Orgânico da UAN
<b>2012</b>	Estratégia Nacional de Formação de Quadros Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017)
<b>2014</b>	Decreto Presidencial N.º 18/14, cria a VIII região académica
<b>2016</b>	Lei 17/16 – Lei de Bases do Sistema de Ensino e Educação

Em 2005, o MEC traça as *Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema de Ensino Superior*, linhas orientadoras da reforma, onde as ideias de qualidade e de quantidade são salientadas: qualidade da oferta educativa e expansão da rede de instituições de modo a dar oportunidade de formação em todo o território.

Com a aprovação destas Linhas Mestras, pela Resolução 4/2007, assiste-se, como refere Liberato (2019:73), ao “boom da abertura das IES de caráter privado”.

**Quadro 4- IES de 1999-2007**

<b>Ano</b>	<b>IES</b>
<b>1999</b>	ULA - Universidade Lusíada de Angola
<b>1999</b>	ISPRA – Instituto Superior Privado de Angola
<b>1999</b>	Universidade Jean Piaget de Angola
<b>2000</b>	CIS – Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais
<b>2000</b>	UPRA – Universidade Privada de Angola
<b>2004</b>	UnIA- Universidade Independente de Angola
<b>2007</b>	UGS -Universidade Gregório Semedo
<b>2007</b>	UniBelas - Universidade de Belas
<b>2007</b>	UOR – Universidade Óscar Ribas
<b>2007</b>	UMA - Universidade Metodista de Angola
<b>2007</b>	UTANGA – Universidade Técnica de Angola
<b>2007</b>	ISTA – Instituto Superior Técnico de Angola

Como podemos ver no quadro acima, em 2007, Angola passou a contar com mais 6 (seis) Instituições do Ensino Superior, ou seja, tantas quantas as existentes no período de 1999-2004.

Por outro lado, verifica-se o redimensionamento da UAN e a criação pelo Decreto nº 2/2008 de 28 de fevereiro do Conselho de Ministros de um sistema de bolsas internas.

De acordo com ME-GEPE (2005), no período de 1972 a 2005, o número de alunos matriculados aumentou substancialmente, conforme mapa estatístico.

Nele podemos perceber que em 1975 haviam-se registado 1405 alunos matriculados, contrastando com os 45546 alunos matriculados em 2005.

**Quadro 5 - Número de alunos matriculados (1972-2005)**

	72/73	1975	1985	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ensino de Base Regular	634899	1032854	1363846	1137906	1584261	1812383	2127971	3194306	3871274	4707929
- Iniciação		*361446	227654	109265	199921	237208	278347	537378	678780	895145
- I Nível	567420	*596450	970698	835760	1117047	1258492	1504666	2172772	2601778	3119184
- II Nível	40024	*70933	130749	129879	179513	214382	229483	319502	392381	459902
- III Nível	27455	*8025	34745	63002	87880	102301	115475	164654	197735	233698
Ensino Médio	1533	2991	8745	23339	68130	78226	85659	91823	108190	131239
- Técnico		**1075	4675	14742	39788	46718	53018	56833	63153	76607
- Normal		***1916	4070	8597	28342	31508	32641	34990	45037	54632
Ensino Pré-Universitário	4336	***2299	3721	11025	17331	20472	24203	26030	33505	40643
Ensino Superior	3094	1405	5034	5405	8848	****5499	12566	20366	37547	45546
Total	643862	1039549	1381346	1177675	1678670	1916580	2250399	3332525	4050516	4925357

\* Dados do ano lectivo de 1976/77

\*\* Dados do ano lectivo de 1978/79

\*\*\* Dados de 1980/81

\*\*\*\* Dados excluindo as Universidades Privadas

Fonte: ME-GEPE (2005)

O *boom* das IES privadas pressionou o Governo para a reestruturação deste subsistema de ensino, promovendo em 2010, a autonomização do Ensino Superior que passou a ser tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT), criado pelo Decreto Presidencial N.70/10 de 19 de maio.

Contudo, apesar dos avanços, inúmeros constrangimentos continuam a embaraçar o desenvolvimento do Ensino Superior, pois o aumento descontrolado de IES privadas aportou problemas de ordem pedagógica e científica já que, como refere Liberato (2019) citando Santos, (2013), verificou-se, por parte dos estudantes, uma corrida desenfreada para a obtenção de um diploma, independentemente da consciência das debilidades e degradação da qualidade do ensino.

As estratégias governamentais, para fomentar e promover o aumento da oferta de Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, favoreceu a criação de novas IES.

Assim, em 2011 foram criadas dez novas instituições, alargando-se a oferta formativa em outras Províncias Angolanas que não na capital do País – Luanda.

#### **Quadro 6 - IES 2011**

<b>Ano</b>	<b>Instituição Ensino Superior</b>
2011	Instituto Superior Politécnico de Benguela
2011	Instituto Superior Politécnico de Cazenga
2011	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo (Lubango)
2011	Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias “Ekuiki II”
2011	Instituto Superior Politécnico Independente
2011	Instituto Superior Politécnico Kangonjo
2011	Instituto Superior Politécnico Metropolitano
2011	Instituto Superior Politécnico Pangeia
2011	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias
2011	Instituto Superior Politécnico da Tundavala

Deste modo, o Subsistema de Ensino Superior registou um crescimento substancial.

O então Ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, afirma numa entrevista concedida à Agência de Notícias Angola Press (Angop), a 10 de novembro de 2014 que

[...] temos que rever profundamente o que não está bem e rapidamente projectarmos o nosso ensino superior para uma modernização mais avançada, adequarmos todos os dispositivos educativos, isto é, em termos de corpo docente, em termos de exigência com o corpo docente, aos recursos materiais, equipamentos, laboratórios, estruturas, os currículos, programas de ensino, métodos de ensino, os métodos de avaliação, [...] fazermos assim uma qualidade mais significativa, uma qualidade diferenciada em relação ao que temos hoje (Nascimento, 2014).

Na sequência do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)<sup>7</sup> e da identificação dos domínios e das áreas de formação estratégicas para o País, passam a funcionar mais três (3) IES: O Instituto Superior de Educação Física e

---

<sup>7</sup> O PNFQ (2014) foi elaborado conforme os princípios e objetivos estratégicos constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, consubstanciado na estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2025”.

Desportos, o Instituto Superior de Ciências da Comunicação e o Instituto Superior de Artes autorizadas pelo Decreto n.º 07/2009 de 12 de maio.

Esta difusão do Ensino Superior é promovida pelo aumento da procura por parte dos indivíduos, mas também pelas políticas educativas do País. Efetivamente, com o intuito de reduzir as assimetrias e garantir a formação dos recursos humanos necessário ao desenvolvimento nacional, o Estado definiu um quadro normativo que permitiu a implementação das IES Privadas no território, compreendendo-se assim o crescimento do número das IES privadas (Kandingi, 2016: 77)

De modo a garantir uma maior organização e a regionalização, o quadro normativo para o Ensino Superior Angolano, após 2009, assenta em 6 pilares “i) regionalização, ii) autonomia, iii) cobertura geográfica territorial, iv) institucionalização da concorrência até três cursos, v) institucionalização da concorrência até seis; vi) relevância da atividade das instituições de Ensino Superior” (Kandingi, op.cit.: 71). Foi criado um diploma para assegurar a distribuição equilibrada de instituições de Ensino Superior no território Angolano, o Decreto n.º 5/09, de 7 de abril.

Este diploma, consentâneo com as diretrizes da UNESCO (2005) que referiam a necessidade de Angola reorganizar a sua rede de Ensino Superior de modo a diminuir o desfasamento regional, veio criar as Regiões Académicas:

#### **Quadro 7 - Regiões Académicas**

<b>Região Académica</b>	<b>Províncias de Angola</b>
<b>Região Académica I</b>	Luanda e Bengo
<b>Região Académica II</b>	Cuanza -Sul e Benguela
<b>Região Académica III</b>	Cabinda e Zaire
<b>Região IV</b>	Lunda-Sul. Lunda-norte e Malanje
<b>Região Académica V</b>	Huambo, Bié e Moxico
<b>Região Académica VI</b>	Huila e Namibe
<b>Região Académica VII</b>	Uíge e Cuanza-Norte
<b>Região Académica VIII</b>	Quando Cubango e Cunene

*Fonte: Decreto-Lei 5/09*

Apesar dos esforços do Executivo Angolano, são reconhecidas as debilidades do ensino superior e são apontadas, por Paulo de Carvalho (2012), entre outras, as debilidades vindas do subsistema de ensino secundário, as debilidades na formação dos docentes, a aplicação de modelos de gestão desfasados da realidade local, o fraco investimento na investigação científica, a deficiente aposta em bibliotecas e laboratórios, em infraestruturas adequadas ao ensino e no desinvestimento nos meios de trabalho necessários para docentes e estudantes, a falta de incentivo à formação e atualização docente, existência de currículos desatualizados, promoção de uma cultura de facilitismo, fraude académica.

O processo que originou as regiões académicas constituiu uma ação eminentemente política, com o objetivo de massificar e quantificar o ensino superior de modo, a que do ponto de vista da estatística, fossem alcançados resultados satisfatórios num curto espaço de tempo, sem que houvesse o tão necessário amadurecimento das Instituições.

Não foi acautelado um cuidadoso acoplamento entre o redimensionamento e os aspetos científicos e pedagógicos que suportassem o alcance da qualidade do ensino e dos objetivos deste subsistema (ensino, investigação e extensão) (Kanga, Buza, n.d.). É por isto que, Liberato se refere à fase atual do ensino superior como a fase de “reformatar a reforma”.

Nesta etapa, Angola assume o compromisso com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC - *Southern African Development Community*), nível regional; com a União Africana (UA), nível continental, e com o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nível mundial (Liberato, 2019).

A nível regional destaca-se o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional de 2015-2022 que objetiva a melhoria da qualidade, eficiência e relevância da educação e formação a todos os níveis (SADC, 2015).

A nível continental, a Agenda 2063 da UA, identifica as estratégias que os países devem utilizar para promover o aumento da capacidade de investigação e

desenvolvimento das universidades africanas e, a nível mundial, a agenda 2030 do PNUD fomenta uma educação inclusiva e de qualidade.

Baseado nestes documentos o Programa do Governo (2017-2022) compromete-se com a melhoria da qualidade do ensino superior (MPLA, 2017: 46) e o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) (2018-2022), com o aumento do número de graduados, maior transparência na liderança das IES públicas, bem como a melhoria da qualidade de ensino superior e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica (Governo de Angola, 2018: 6).

Contudo, conforme afirma Liberato (2019: 76), as sucessivas reformas do Subsistema do Ensino Superior não resultaram em ações consistentes para que fosse conduzido para o caminho da qualidade do ensino, apesar do caminho evolutivo que tem percorrido.

Liberato (2019) aponta alguns fatores que impedem que este subsistema flua e se afirme. Contribuem para tal: fatores institucionais, científicos, pedagógicos. Continua referindo a inexistência de uma visão institucional clara, a incapacidade de liderança, ausência de rigor, ausência de políticas públicas consistentes, burocratização, mercantilização do ensino, a fraca aposta na investigação e na carreira profissional dos docentes, entre outros, como sendo elementos não facilitadores para o sucesso das reformas efetuadas.

Para além destes fatores são ainda apontados como impeditivos do sucesso a falta de participação dos principais intervenientes no processo educativo na discussão destas reformas (Liberato, *ibidem*).

Do exposto, podemos dizer que o Ensino em Angola tem vindo a tentar a adaptar-se às transformações sociais. Contudo, nessa adaptação tem importado modelos que nem sempre se aplicam eficazmente à realidade (Carvalho, 2012: 63), levando-o a percorrer trilhos sinuosos que passaram de um sistema colonial para um sistema socialista e deste para uma transição capitalista.

## **2 - A qualidade no ensino superior angolano**

A importância crescente do Ensino Superior obriga à melhoria da oferta formativa em quantidade e qualidade.

Assim, passamos a abordar o conceito de qualidade no Ensino Superior e trazer o posicionamento de Angola relativamente a ele.

### **2.1. A ideia de qualidade no Ensino Superior**

O natural dinamismo da sociedade força alterações constantes da atuação do Estado e das políticas públicas para a educação de forma a acompanharem esse dinamismo.

As grandes alterações dessas políticas prendem-se aos momentos históricos internos e externos e ainda com o modo de pensar individual de quem está no Poder. É assim que podemos entender as políticas educacionais como um modo de edificação de valores e conhecimentos que promovem a construção de indivíduos com capacidades de exercer a sua cidadania, de compreender e respeitar o que os rodeia.

No momento atual, vivemos tempos exigentes onde a especialização profissional é uma exigência e onde a ciência é o paradigma de excelência. Deste modo, a procura da qualidade tem vindo a ser perseguida em todas as áreas.

A educação, como prática que ocorre em diferentes espaços e momentos para a formação integral do indivíduo, adquiriu uma complexidade e dimensão que veio a tornar pouco consensual a discussão sobre a qualidade (Saraiva, Reis & Roldão, 2006: 63).

A ideia de qualidade pode ser encontrada, via de regra, ligada a aspetos da “adequabilidade dos programas, ao processo de avaliação, ao grau de participação, à capacidade de inovação, à interacção com a comunidade envolvente, à partilha de recursos, ao clima e ao nível de satisfação dos diversos

intervenientes no processo” (Saraiva, Reis & Roldão, op. cit.: 64), e ainda ligada aos conceitos de eficácia e eficiência. Salienta-se ainda a democratização do ensino, as taxas de sucesso, adequação do processo ensino-aprendizagem, formação e qualificação dos professores.

O conceito de qualidade do ensino não é consensual, existindo autores que se centram na qualidade de recursos e, outros, na qualidade do processo e dos resultados (ibidem).

Nesta senda, Risopatron (1991) refere que a dificuldade do conceito de qualidade de ensino deve-se ao facto de este ser um significante e não um significado.

Refere que

A consciência da ambiguidade deste termo surge porque se espera que ele seja definido a partir de um único significado. Sem dúvida, o conceito de qualidade – assim como o de belo, do bom e da morte – são significantes que podem adquirir muitos significados (...). (Risopatron, op. cit.: 15).

Dada a dificuldade de definição do conceito, Ethier (1989) citado por Saraiva, Reis & Roldão (2006: 65), aponta três parâmetros para a sua definição: a) os recursos (humanos, materiais e financeiros); b) o processo educativo (programas e métodos de ensino); c) os resultados académicos e desenvolvimento dos estudantes (pessoal e social).

Na trajetória do conceito de qualidade no ensino superior, Morosini (2001) aponta três etapas: a qualidade isomórfica, a qualidade da especificidade e a qualidade da equidade.

Relativamente à primeira – qualidade isomórfica – refere a autora que foi dada nos finais da década de 80 e na década de 90 um relevo especial à avaliação. Deste modo, a qualidade tendia a um conceito de padronização voltado para o mercado (empregabilidade). A segunda – qualidade da especificidade, incide na tendência para a diversidade em paralelo com o respeito `pela diversidade. Na terceira etapa, denominada qualidade da equidade, são aglutinadas duas ideias: qualidade e equidade, ganhando a comunidade educativa a responsabilidade de promover o êxito de políticas educativas de qualidade com equidade.

A autora defende que

São citados nove fatores-chave para a busca da qualidade com equidade: extensão da educação, tratamento da diversidade, autonomia escolar, currículo/autonomia curricular, participação da comunidade educativa e gestão dos centros, direção escolar, professorado, avaliação e inovação e investigação educacionais. É ressaltado que a qualidade está para além da simples padronização de indicadores, abarcando estudos qualitativos e quantitativos. (Morosini, 2009: 168).

Na obra “What is quality in higher education?”, Diana Green (1994), levanta a questão que é necessário responder para se descortinar o verdadeiro sentido deste conceito: “Qualidade do quê?”. A autora aponta algumas categorias que auxiliam na compreensão e definição de Qualidade do ES e refere que:

### **Quadro 8 - Categorias compreensão Qualidade ES**

<b>Conceito tradicional</b>	Verifica-se a interligação da qualidade com a oferta de um produto ou serviço especial que conferirá <i>status</i> aos seus usuários, tornando-se restrita para alguns.
<b>Ajuste a especificações</b>	A qualidade cola-se à conformidade com uma determinada especificação. Encontra-se ligada à noção de qualidade de um dado produto ou serviço.
<b>Adequação a objetivos</b>	A qualidade é pensada em função dos objetivos preestabelecidos para um produto ou serviço.
<b>Efetivação das metas institucionais</b>	Análogo à qualidade como adequação aos objetivos. Enfatiza a necessidade da avaliação institucional de modo a aferir-se o cumprimento das metas autodeterminadas.
<b>Satisfação dos clientes</b>	Aliado ao conceito de qualidade na indústria concernente à conformidade das especificações em relação às necessidades dos clientes. É polêmico pois torna-se necessário saber quem é o cliente no caso da educação superior: o estudante? Os empregadores? O Estado? Alguns críticos perguntam se os estudantes sabem verdadeiramente do que necessitam, e que a sua falta de experiência só lhes permite identificar o que precisam a curto prazo.

Adaptado de Green (1994: 13-17)

Green e Harvey de acordo com Bertolin (2009: 129-131), num estudo publicado sobre a qualidade do ES, aglutinaram a diversidade das visões sobre este conceito em cinco grupos:

a) Qualidade como fenómeno excepcional.

Esta visão de qualidade infere que a qualidade é excepcional e pode ser observada de três modos distintos: tradicional (imperam a ideia de exclusividade, elitismo,

distinção); excelência (traz uma visão de superação. Terá qualidade a instituição que tiver os melhores alunos, os melhores professores, os melhores recursos); satisfação de um conjunto de requisitos (haverá qualidade se forem superados um conjunto de standards elevados);

b) Qualidade como perfeição ou coerência.

Enfatiza o processo e estabelece especificações que devem ser cumpridas perfeitamente; difere da visão de excelência na medida em que está ao alcance de todos;

c) Qualidade como harmonia comum dos objetivos.

Neste grupo, só se pode pensar em qualidade se houver satisfação dos objetivos que se pretendem alcançar. Aqui a qualidade tem uma visão funcional;

d) Qualidade como relação custo-benefício.

Esta visão de qualidade baseia-se na eficiência económica. Há aqui a necessidade de prestação de contas para com os financiadores.

e) Qualidade como transformação.

Esta visão liga-se à ideia de mudança qualitativa. Prende-se com o incremento de conhecimento e habilidades no aluno. Quanto mais e maiores mais qualidade terá o ensino superior.

Bertolin (op. cit.) afirma que esta proposta expressa os prismas economicista, pluralista e de equidade sobre a qualidade.

#### **Quadro 9- Visões da Qualidade no Ensino Superior**

<b>Visão de qualidade</b>	<b>Termos associados</b>	<b>Grupos de interesse</b>	<b>Propósitos da ES</b>
<b>Visão economicista</b>	Empregabilidade e Eficiência	Setor privado, OCDE e setor governamental	Ênfase nos aspetos de potencialização do crescimento da economia e da empregabilidade
<b>Visão pluralista</b>	Diferenciação, Pertinência e Relevância	UNESCO, União Europeia e setor educativo	Diversidade de aspetos relevantes (economia, sociocultural, democracia etc.) com ênfase na emergência das especificidades locais

<b>Visão de equidade</b>	Equidade	UNESCO e setor educativo	Ênfase nos aspetos de contribuição para coesão social
--------------------------	----------	--------------------------	---

Fonte: Bertolin, 2007: 143

Atualmente, a qualidade de ensino aponta também para o desenvolvimento sustentável, onde a educação vai além da visão do mercado.

Como apontado pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, no relatório intitulado Educação: um tesouro para a descobrir (Delors, 1998) a educação tem um novo paradigma assente em quatro pilares: aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a ser.

Esta visão é aprofundada e em 2002, as Nações Unidas publicam a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005 – 2014) com o intuito de

integrar princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspetos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro sustentável em termos da integridade do meio ambiente, da viabilidade económica e de uma sociedade justa para as atuais e as futuras gerações (...). (UNESCO. 2005: 57).

Este programa vem exigir que se repense a política educacional. Foca-se em todos os seus níveis para a aquisição de conhecimentos, competências e valores relacionados com a ideia de sustentabilidade que o conceito do *Bem Viver* enuncia. Este conceito representa uma filosofia de vida que se relaciona com harmonia a vida e a natureza. Faz ressaltar o compromisso do Homem com a natureza e traz a possibilidade de reflexão sobre liberdade, oportunidades e capacidades dos indivíduos, potenciando o seu desenvolvimento.

O conceito de qualidade discutido e discutível não é um conceito claro, tal como afirma Morosini (2009: 184) e

(...) também cabe esclarecer a quem ela é dirigida e por quem ela é definida. E aqui fica fortalecida a tendência de colocar o foco no estudante, e mais recentemente no egresso – learning outcomes. A certeza que temos é que qualidade é um construto imbricado no contexto das sociedades e conseqüentemente nos paradigmas de interpretação da sociedade e do papel da educação superior na construção de um mundo melhor e, me atrevera a dizer, sustentável. Cumpre também pensarmos e implantarmos efetivamente a concepção de qualidade como equidade.

Na mesma linha, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) refere que o conceito de Garantia de Qualidade do Ensino Superior corresponde a um

termo abrangente referente a um processo contínuo de avaliação da qualidade de um sistema de ensino superior, de instituições de ensino superior, ou de ciclos de estudos. Como mecanismo de regulação, a garantia de qualidade foca-se tanto na responsabilização e prestação de contas, como na melhoria, fornecendo informações e juízos de valor através de um processo estruturado e consistente, baseado em critérios bem estabelecidos” (A3ES, 2012:n.d).

A qualidade é um todo, como uma obra de arte pontilhista onde só o conjunto de todos os pontos faz sentido e garante a coerência e beleza da obra.

Sendo polémico e controverso o conceito de qualidade deve ser visto como um conceito aglutinador pois, se por um lado requer pensar em quantidade (de instituições, de estudantes, de professores), também requer pensar em bem-estar e bem-fazer (bem-estar da comunidade educativa, bem-estar social e bem fazer pela adequação de métodos e metodologias de ensino à especificidade de cada instituição).

## **2.2. Qualidade do Ensino Superior: a visão Angolana**

O Ensino Superior, a nível global, tem vindo a ser alvo dos olhares dos Governos já que se reconheceu a sua importância estratégica para o desenvolvimento económico e social dos Países. Deste modo, para que as expectativas dos Governos não sejam goradas tem vindo a ser exigida a rutura com os padrões e modelos de ensino desatualizados, rígidos e inadaptados ao momento em que se vive - uma era tecnológica.

Neste ínterim, Angola tem enfrentado grandes desafios que se encontram relacionados com questões, entre outras, relativas ao acesso ao ensino, à diversificação da oferta de cursos e níveis de formação, à qualificação dos profissionais, ao estímulo da pesquisa científica e tecnológica (Lussuamo & Futi, n.d).

As convulsões que Angola tem vindo a viver, desde a sua formação como País, têm originado políticas educativas que pretendem adequar-se, quer à conjuntura económico-social interna, quer ao que se vive externamente.

Nessa senda, crescem as preocupações com a qualidade do ensino superior, e sua garantia, dada a sua massificação e sua internacionalização, intensificadas pela globalização.

Como já foi dito anteriormente, Angola herdou da época colonial a atual Universidade Agostinho Neto, que se manteve como única Universidade até 2009 quando pelo Decreto N.05/09 foram criadas as sete regiões académicas.

Nesta época, verificou-se também uma desconcentração dos poderes, detidos até então pela Reitoria da UAN, para as Universidades criadas nas diversas regiões académicas.

A preocupação do aumento da oferta formativa do ensino superior na saída da economia socialista para a economia de mercado reforçou a importância da formação de quadros e mostrou uma franja de mercado até então pouco explorado. A orientação política era a do aumento da oferta formativa e do alargamento da oportunidade de formação superior a nível nacional, colando-se à ideia de qualidade como quantidade.

Esta visão encontra-se reforçada pelo discurso, do então Presidente da República de Angola Eng.º José Eduardo dos Santos, aquando da sua investidura de posse como Presidente eleito da República de Angola: “Começámos por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para melhorar a qualidade do ensino que é prestado nas nossas escolas e universidades” (ANGOP, 2012).

O reconhecimento e a vontade política de um Ensino Superior de qualidade leva o Governo a apresentar as Linhas Mestras da Estratégia Integrada para a melhoria do Sistema de Educação entre 2001 e 2015 (Resolução nº 4/07, de 2 fevereiro) (ver anexo 1). Este documento vem levantar questões relacionadas com a avaliação, sua necessidade e da necessidade da sua presença nas políticas educativas.

Por sua vez, o Dec-lei 90/09 veio estabelecer as normas gerais reguladoras do Ensino Superior e reforça a ideia de

necessidade de se melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior devido ao aumento de instituições de ensino superior públicas [e] considerando que a legislação até aqui aprovada para o subsistema do ensino superior não responde, de modo cabal, aos novos desafios e tendências do ensino superior no País e às perspectivas do Governo, o que obriga a uma profunda alteração no funcionamento e gestão deste subsistema de ensino. (Dec. Lei nº 90/09, 15 de Dezembro).

É ainda este Decreto-Lei que, pela primeira vez, fala na qualidade dos serviços que as instituições prestam (artº 10.º) e aponta orientações no capítulo IX (ver secção 1.2, pág. 7).

A partir de 2005 o discurso político revela preocupação sobre a escassez de especialistas e de projetos financiados, dada a consciencialização da necessidade destes para a obtenção da qualidade.

É então criado o Gabinete de Avaliação e Acreditação (GAA) cujas funções entre outras é de, conforme Decreto-Lei nº 2/09, de 29 de abril, ponto 1, artigo 11º, "...monitorização e promoção da qualidade dos serviços prestados no subsistema de Ensino Superior".

Em 2010, nasce em Angola uma nova Constituição. Com ela a tutela da Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES) passa para o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (MESCT) onde se insere, como órgão tutelado, o Instituto de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (INAAES) que ganhou as atribuições do GAA responsabilizando-se pela continuidade dos compromissos do Estado na promoção qualidade.

No início do ano letivo 2012/2012, o Ministro do Ensino Superior, Doutor Adão do Nascimento, refere-se ao conceito de qualidade como imprescindível para o para o cumprimento dos objetivos do Governo por envolver rigor nas exigências aquando do cumprimento da "...tripla missão de ensinar (incluindo a educação para além da formação), investigar e prestar serviços á comunidade." (MESAGFN, 2012, p.3).

Em 2013, num discurso à Nação, o Presidente José Eduardo dos Santos retoma o tema da qualidade e reforça que “A grande prioridade a este nível terá de ser também uma clara melhoria da qualidade do ensino ministrado e que o mesmo responda às necessidades do país, conforme previsto no Plano Nacional de Formação de Quadros” (ANGOP, 2013).

O PNFQ refere no seu primeiro eixo a auto- gestão humana e a gestão de recursos humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais. Este é um eixo importante pois obriga a que cada ator social reconheça o outro e abre espaço para a autonomia e afirmação individual do pensamento privilegiando pilares como: aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, aliados a aprender a desaprender um conceito adicionado por Buza (2008).

Estes pilares coadunam-se com os princípios norteadores para educação do século XXI, onde o conceito da individualidade e da cidadania são pilares para a formação de cidadãos livres e com pensamento crítico, fomentadores do desenvolvimento. Tal como afirmou o Presidente da República no discurso de tomada de posse

Diz-se que a grandeza de uma nação não se mede apenas pelas potencialidades dos seus recursos naturais, mas também pela nobreza de carácter, pela atitude e pelas competências dos seus cidadãos que são de facto a base dinamizadora desses recursos (ANGOP, 2012).

Para falar da qualidade do Ensino Superior é incontornável falar da qualidade dos recursos humanos, quer do ponto de vista administrativo, de docência, de investigação e da extensão universitária e dos discentes. E sobre este assunto, também no seu discurso de tomada de posse, o Presidente da República, refere que

Deste modo, o Executivo vai desenvolver um programa de revisão do sistema educativo, centrado na eficácia do ensino, que leve em conta o modelo curricular, o perfil de competências profissionais dos professores, dos formadores e dos educadores, bem como o sistema de gestão das escolas públicas (ANGOP, 2012).

O segundo eixo do PNFQ aponta para a qualificação e aperfeiçoamento dos docentes e dos não docentes, por meio de cursos de capacitação, agregação

pedagógica, especializações, mestrados e doutoramentos. Também o perfil de entrada dos discentes é tomado em conta no terceiro eixo do PNFQ sendo que são referidos o segundo e terceiro eixo como essenciais e indicadores da qualidade de ensino. Por último, mas não menos importante, o quarto eixo realça o Ensino, a Investigação e a Extensão universitária.

É assim, que em 2014, o Vice-Presidente da República na abertura oficial do ano letivo em 2014 traz o lema “Por um ensino superior rumo à excelência”, e salienta a melhoria dos dispositivos ao dispor do ensino superior (laboratórios, equipamentos, infraestruturas académicas e sociais) importantes para a qualidade do ensino superior mas que sem a entrega profissional do corpo docente de nada servirá.

Em 2018, a vontade política na afirmação da melhoria da qualidade do ensino superior Angolano foi reafirmada com o Decreto Presidencial 203/18 de 30 de agosto, onde se pode ler:

Tendo em conta a necessidade de se assegurar a melhoria permanente dos níveis de qualidade do desempenho das instituições educativas, particularmente as do Ensino Superior, com vista a contribuir de forma mais efectiva para a excelência no processo de ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico de todos os sectores da vida nacional, conforme o previsto na Lei n.º17/16, de 7 de Outubro de Bases do Sistema de Educação e Ensino;

Considerando ser imprescindível conferir credibilidade ao Subsistema de Ensino Superior mediante o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior e sua capacitação institucional permanente para a formação de profissionais altamente qualificados cujo perfil corresponda às necessidades do mercado de trabalho e da economia nacional; ...

Este Decreto traz, pois, o Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior. No seu artigo 5.º são expressos os princípios gerais da avaliação e a acreditação da qualidade das Instituições do Ensino Superior: princípio pedagógico, princípio inclusivo, princípio da globalidade, princípio participativo, princípio contínuo, princípio da isenção, princípio da legitimidade, princípio da equidade, princípio de carácter público, princípio de adequação aos padrões internacionais, princípio da autoridade técnica.

Este Regime pretende estimular e desenvolver a cultura da qualidade nas Instituições de Ensino Superior, referindo, no seu art.º 17.º que devem ser equiparados aos padrões internacionais de qualidade nos processos de avaliação e acreditação da qualidade das Instituições de Ensino Superior.

Assim, verificam-se diversas evidências da vontade política que apontam para a preocupação em melhorar a qualidade do ensino superior em Angola, colocando a tónica na avaliação como estratégia para a melhoria deste subsistema.

Os primeiros ensaios da medição da qualidade do ensino superior em Angola foram coadjuvados por instituições portuguesas, nomeadamente pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1987, pela Fundação Gomes Teixeira, em 1995-1996 e pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 2007, incidindo estes olhares sobre a Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto. Também a Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES), a quem cumpre, conforme previsto no Decreto-Lei 2/09 de 29 de abril, "... o planeamento, orientação, coordenação, supervisão do processo de formação e implantação da política para o desenvolvimento do ensino superior", fez um diagnóstico ao ensino superior Angolano. (André, 2016: 27).

Contudo, apesar da vontade política, o País enfrenta diversos desafios para alcançar uma qualidade de Ensino Superior *aceitável*, nomeadamente o desafio do perfil do gestor das *IES*, o perfil do docente e ainda o paradigma do processo de ensino aprendizagem.

Relativamente ao corpo docente, o Governo reconheceu ser deficitário e na tentativa de mudar este quadro traçou o PNFQ 2013-2020.

Outrossim, criou diretrizes no sentido da uniformização dos planos curriculares e a *IES* Angolanas retomaram a eleição dos órgãos de gestão contrariando a anterior prática de nomeação dos mesmos.

O reconhecimento da necessidade da existência de um corpo docente estável havia já sido previsto no art. 96º do Decreto n.º90/09

o quadro de pessoal docente das instituições de ensino superior deve ser constituído por, pelo menos 40-60% de docentes em regime de efetividade,

cujo horizonte temporal para a sua materialização é determinado por despacho do órgão de tutela.

Mas, a procura de melhores condições de vida e a procura pelas *IES privadas* da obtenção de maiores lucros deu azo à continuidade da existência do professor “colaborador” (trabalhador temporário – trabalho precário).

Este facto favorece a criação de relações pouco estáveis e a diminuição da qualidade do ensino superior.

o cumprimento desta orientação ainda não tem sido acatado por parte de instituições privadas. Tem-se tratado da elaboração do projeto nacional do plano de carreira docente universitária. Este plano destina-se aos docentes efetivos, neste sentido mais ligado a docentes da função pública do que das instituições superiores privadas (Nguluve, 2015: 4-5)

Domingos, Costa & Oliveira (2020:3) apontam que a

A melhoria da Qualificação Académica e Profissional dos Docentes (QAPD) das IES é assumida como um dos objetivos prioritários do Estado Angolano por intermédio do Departamento Ministerial de Tutela, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI).

Estes autores referem ainda que é por meio da elaboração do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) que são conformadas e alinhadas as políticas educativas e de gestão das IES com as políticas e estratégias de desenvolvimento nacionais estabelecidas para o Ensino Superior no artigo 16.º, alínea f) do Decreto-Lei 90/09.

Tal como Carvalho (2012), Liberato (2019), os autores acima citados, defendem que, nos últimos vinte anos, o Ensino Superior em Angola observa significativas transformações, aumentando o número de Instituições e diversificando a oferta formativa.

Contudo, a par do aumento do número de IES, aumenta o número de estudantes que, numa lógica de mercado liberalizado, baseada na obtenção do maior lucro, fomentou o aumento dos professores “colaboradores”.

Nguluve (2015) refere o pensamento de Gremaud (2003) para discutir a “relação entre formação e desenvolvimento económico “(Nguluve, op. cit.:5). Aponta que a expansão do ensino superior numa lógica mercantilista favorece a precarização do trabalho docente, na medida que estes colaboradores facultam maior campo

de manobra às IES, que não ficam expostas a compromissos laborais com os professores, por um lado, e com a preocupação salarial dos mesmos já que estes professores colaboradores não têm salários fixos, nem quaisquer outras regalias que os professores efetivos adquirem ao longo da sua efetividade.

Esta situação, afirma Nguluve (2015) limita a materialização do cerne do ensino superior: pesquisa, ensino e extensão.

A ausência de compromisso entre IES e professor aporta efeitos nefastos na qualidade do ensino. Efetivamente, a precariedade do trabalho do professor não favorece a pesquisa, pois esta precisa de tempo e da estabilidade do professor. Um professor colaborador muda de instituição com leveza e regularidade, não desenvolvendo uma ligação com a instituição onde leciona.

Efetivamente temos de concordar com Chipuca (2020: 232) quando afirma que, para a qualidade, é imprescindível que o profissional se sinta satisfeito. Essa satisfação, seja por se sentir realizado com as funções que desempenha, seja por questões de salário, estabilidade no emprego, possibilidade de fazer um projeto de vida a médio/longo prazo, promove a motivação profissional e, conseqüentemente, a qualidade do trabalho executado.

Chipuca (2020) refere-se a Bruce (2006) para defender a ideia de interligação entre a motivação, a satisfação e a sua influência no desempenho.

Apesar dos esforços da vontade política, continua a ouvir-se críticas à qualidade de ensino do Ensino Superior em Angola, incluindo entre os estudantes.

Liberato (2012: 116) afirma que

A pouca oferta formativa deste nível de ensino, bem como a incapacidade de afirmação do ensino superior Angolano no contexto nacional, regional e internacional levaram a um aumento da mobilidade estudantil ao longo dos últimos vinte anos. A partida para o exterior para dar continuidade à formação representa para os estudantes Angolanos uma oportunidade de que todos, no geral, querem beneficiar, não só pelos motivos já apontados, como igualmente pela valorização social do diploma obtido no exterior, bem como pelo facto de as empresas que operam no mercado Angolano duvidarem da eficiência do ensino superior ministrado no país.

### **3 - A mobilidade dos estudantes**

As preocupações concernentes à qualidade do Ensino Superior em Angola são várias. Entre elas contam-se, a preocupação relativa à competência dos docentes, a oferta formativa pouco diversificada, os currículos desfasados com a atualidade.

Estas preocupações, associadas ao fenómeno da globalização e à crescente procura de profissionais cada vez mais qualificados, promovem a mobilidade de estudantes Angolanos, sendo que um dos Países escolhidos é Portugal.

A relevância do Ensino Superior é incrementada pelo fenómeno da Globalização neoliberal e torna-se fundamental para a inserção das pessoas no mundo do trabalho. É assim que, associado ao desenvolvimento dos meios de comunicação, se criam dinâmicas que fomentam a internacionalização da educação superior.

Neste ponto, pretendemos analisar as questões atinentes à mobilidade dos estudantes Angolanos do Ensino Superior para Portugal.

#### **3.1. A internacionalização do Ensino Superior**

A velocidade com que as tecnologias de comunicação e informação se desenvolvem permite que as distâncias, a informação e o conhecimento fiquem mais acessíveis e ao alcance de um número cada vez maior de pessoas. Por outro lado, as visões capitalistas neoliberais impelem as instituições e as empresas para a procura do lucro.

Nesse intuito, cada vez mais se procura a qualidade e a eficiência dos profissionais de modo a satisfazer as necessidades da sociedade globalizada. Como salienta Stallivieri (2017: 17)

O fácil acesso e a velocidade em que a informação se move, a rápida evolução na produção de conhecimento científico e tecnológico, as descobertas que melhoram a qualidade de vida de várias populações em todo o mundo, ao mesmo tempo em que trazem múltiplas soluções para problemas também exigem um novo comportamento. Criam um novo perfil

para cidadãos, profissionais e seres humanos em geral, que representam o componente mais crítico da transformação desta nova sociedade.

Uma sociedade global, como diz Ianni (1999: 134), que se apresenta como um novo momento na história. Contudo, no que concerne ao Ensino Superior, o intercâmbio internacional de estudantes e professores, na procura de conhecimento e experiências, é algo que remonta às primeiras universidades.

É assim que Charle & Verger afirmam que

Durante muito tempo, os estudantes passaram da Europa Central para as universidades italianas [Pádua, Bolonha, Siena] e, em menor medida, para as francesas [Paris, Montpellier, Orleans], desenvolvendo seus estudos visitando várias universidades e obtendo o seu diploma durante o retorno. O que gerou essa mobilidade durante a Idade Média, em primeiro lugar, foi a busca de novos conhecimentos, novas descobertas em diferentes partes do continente. No entanto, muito fortemente, ao lado dos estudos referidos, surgiu a viagem em si, a experiência existencial e a possibilidade de rever seu valor educacional. (Charle & Verger, 1996, citado Stallivieri, 2017: 17).

Na atualidade a par da vivência de novas experiências encontra-se a afirmação pelo mercado de trabalho da experiência individual, das aprendizagens, da interiorização dos conceitos de solidariedade, tolerância e respeito pelas diferentes culturas, da desenvoltura intelectual.

Nesta senda, a IES são desafiadas a criar condições para que a comunidade educativa desenvolva uma consciência global com habilidades para enfrentar ambientes multiculturais.

O conceito da globalização, não se confunde com o conceito de internacionalização embora estejam relacionados. A globalização pode ser entendida como o processo que se centra na interação mundial de ideias, recursos, pessoas, valores, culturas, conhecimentos, bens, serviços, ....

Por sua vez a internacionalização do ensino superior pode entender-se como o processo de integração intercultural que confronta pessoas oriundas de diferentes realidades globais socio-económico-culturais, sistemas políticos, instituições e modelos do processo ensino/aprendizagem.

Conforme esta ideia, percebe-se que ambos os conceitos se relacionam, mas que diferem, sendo difícil perceber se a internacionalização da educação é um catalisador, uma consequência ou um agente da globalização.

Como refere Teichler (2004) não se pode dissociar a internacionalização do ensino superior da mobilidade de estudantes, sendo que enquanto a internacionalização representa a mobilidade, o trespassar fronteiras, a globalização representa a erosão dessas fronteiras.

A globalização não depende da escolha individual. Ela apresenta-se aos indivíduos e força a instantaneidade das relações sociais e culturais e os processos económicos.

A internacionalização do ensino superior surge como resposta aos processos globalizadores (Knight, 2012), apesar da universidade ter, desde sempre, uma visão cosmopolita e transcultural resultante da natural curiosidade humana e do seu fascínio pelo desconhecido.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) refere que a internacionalização, na última década, foi reforçada pela opção dos estudantes se maticularem em programas e instituições de ensino estrangeiras quer presencialmente, quer em regime de ensino à distância.

Afirmam que esta viragem resulta da vontade das instituições aumentarem as suas receitas; da procura de trabalhadores qualificados numa economia globalizada ou a de reforçar qualitativamente a força de trabalho nacional, sobretudo em economias emergentes (OCDE, Observer, 2004: 1).

Santos & Filho (2012) referem que a internacionalização do ES (Ensino Superior) transforma-se numa missão da universidade, afirmando que a universidade não pode/deve manter-se estanque e estática e aponta a internacionalização como um processo inevitável e irreversível.

Mais, os autores acima citados, referem que o modelo universitário, com uma narrativa predominante ocidental, se encontra abalado pela crise global económica, denominada como o “Cisne Negro” dos nossos dias, colocando em causa a sua sustentabilidade.

Reforçam que

A quarta dimensão da universidade – depois de investigar, ensinar, e gerir o saber e o saber fazer, é reconstruir o mundo novo, porque o Cisne Negro da viragem do milénio anarquizou o velho e exige a identificação, salvaguarda,

fortalecimento, e estratégia inovadora das instituições que guardam o poder do verbo, que faremos sobreviver para organizar o caos. São estas instituições, em primeiro lugar ideias de obra ou de empresa que ligam as gerações pela tradição e cimentam o futuro pela investigação, pelo saber, pelo saber fazer, e pela sabedoria, isto é, a reestruturação de uma escala de valores, que assumem a quarta dimensão. (Santos & Filho, 2012: 12).

Por meio da internacionalização, a IES adquirem competências que lhes permitem concorrer com as instituições mais renomadas.

Stallivieri (2017) aponta alguns benefícios da internacionalização nomeadamente a definição de estratégias de cooperação internacional, a criação de gestores envolvidos e comprometidos com projetos imbuídos da compreensão da importância da educação intercultural.

A autora aponta ainda que a internacionalização obriga a que as instituições definam as suas metas de forma consciente e alinhadas com a necessidade da satisfação do cumprimento dos acordos e parcerias feitas, com a satisfação das necessidades que advêm da receção de estudantes, pesquisadores ou visitantes estrangeiros bem como a promoção e realização de atividades internacionais.

Face às exigências do mundo atual, na Europa, criou-se o denominado Espaço Europeu de Ensino Superior, traduzido no Processo de Bolonha. Este deu origem a uma política supranacional, comum aos estados-membros da União Europeia.

Este processo objetivou o aumento da competitividade a nível internacional do ensino superior europeu por meio da adoção de um sistema compatível e flexível que permite grande mobilidade aos estudantes e diplomados das universidades europeias. Por outro lado, procura a transparência e qualidade face aos sistemas de avaliação fomentando o interesse ao nível internacional.

A filosofia do ensino altera-se e passa a ser tão valorizada a acumulação de conhecimentos como a habilidade para a utilização de ferramentas de aprendizagem. Como salienta Dias Sobrinho (2005), complexifica-se o universo das profissões, obrigando a profissionais preparados para as demandas do mercado e com habilidades para se moldarem às constantes transformações e solicitações económicas e sociais.

A visão das instituições portuguesas não destoa destas ideias e, como tal, as IES criam políticas e acordos de cooperação com as suas congéneres que aliciam a mobilidade estudantil.

Em Portugal, contrariamente ao que já acontecia em outros Países Europeus, apenas com o Decreto-Lei n.º 45/2005, de 22 de fevereiro, foram criados princípios reguladores dos instrumentos objetivadores da “... coesão europeia através do conhecimento, da mobilidade e da empregabilidade dos seus diplomados”.

Em 2007, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por meio da Portaria n.º401/2007, de 5 de abril, conjugada com a Diretiva n.º2004/114/CE, de 13 de dezembro, “ a lei da imigração”, que define as condições de entrada e permanência de estudantes internacionais em Portugal, procuram incentivar e facilitar a entrada e permanência de alunos estrangeiros, balizando os regimes de mudança de curso, transferência e reingresso nos estabelecimentos de ensino superior, frequentados por alunos nacionais ou não nacionais, incluindo os frequentados no estrangeiro.

Apesar das propostas do Programa do XIX Governo Constitucional serem vagas no que concerne aos recursos e manutenção dos programas de mobilidade e internacionalização <sup>8</sup> de estudantes e professores, o Decreto-Lei n.º36/2014, de 10 de março, Estatuto do Estudante Internacional, define-se um regime especial de acesso

para os candidatos aos ciclos de estudos de licenciatura e integrados de mestrado, oriundos de países não pertencentes à União Europeia ou à CPLP, e a assinatura de um protocolo com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), com o objetivo de reforçar o papel do conhecimento na internacionalização do país e a promoção das universidades no estrangeiro, evidenciam um esforço no sentido de fomentar ativamente a internacionalização do ensino superior português (Fonseca, Esteves & Lorio, 2015:140)

Por outro lado, a Lei 29/2012 de 9 de agosto alterou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

---

<sup>8</sup>Ver o Programa do Governo eleito em junho de 2011 em: [www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf).

introduzindo novos tipos de autorização de residência para profissionais altamente qualificados, procurando aliciar a permanência destes quadros em território nacional.

Ainda os autores supracitados afirmam que

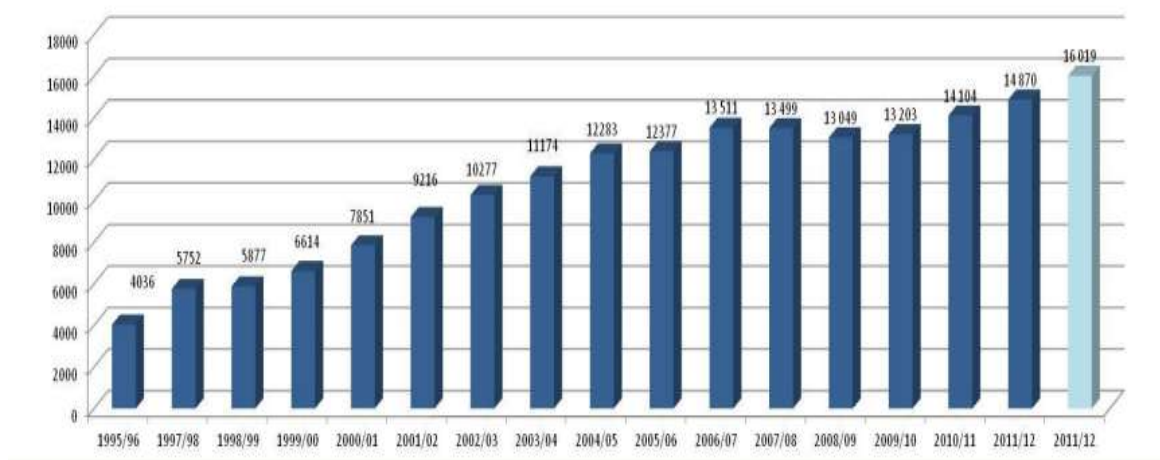
Apesar do esforço das universidades em atrair alunos de outros países, os estudantes internacionais representavam, em 2011, apenas 3,4% do total de alunos no ensino terciário e 11,0% dos alunos nos programas de investigação avançada em Portugal, bastante longe dos 6,9% e dos 19,6%, respetivamente, do conjunto de países da OCDE (OECD, 2013a). Considerando a mesma fonte de informação, o índice de variação no número de estudantes internacionais no ensino superior (2005 = 100) revela também que em 2011 Portugal (127) está aquém da evolução registada nos restantes países da OCDE (197). (Fonseca, Esteves & Lorio, op. cit.:142-143).

Ainda estes autores referem que os estudantes que procuram Portugal para dar continuidade aos seus estudos superiores revelam afinidades históricas, culturais e linguísticas têm origens geográficas no continente africano e sul-americano, sendo a sua mobilidade reforçada pela celebração de acordos e convénios (ibidem).

De acordo com o relatório International Migration Outlook 2013 (OECD, 2013b), Portugal acolhia, em 2010, 11 mil estudantes internacionais de um total de mais de 2,6 milhões no conjunto de países da OCDE. O maior contingente de alunos era oriundo do continente africano (34,9%), nomeadamente dos PALOP, seguido pela América Latina e Caraíbas (29,5%), onde o Brasil assumia particular destaque, com 26,8% do total, e pela Europa (28,5%), com especial relevo para a UE21 (23,9% do total). (Ibidem).

Os estudos de Isabel Pedreira e da Equipa de Estudos de Educação e Ciência (EEEC) / Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), publicado em 2015, intitulado “Os estudantes da comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) no ensino superior em Portugal”, revelam o crescimento anual acumulado de alunos da CPLP no ensino superior português, pois indicam a existência do crescimento de 4036 estudantes em 1995/96 para 14 870 em 2011/2012.

**Quadro 10 - Alunos da CPLP inscritos no ensino superior de 1995/1996 a 2011/12**



Fonte: Pedreira (2015: 11)

Apesar destes dados, Fonseca *et al.* (2015) aponta que concernente à estratégia de internacionalização há margem para crescimento, sendo que Portugal é o país mais equilibrado da OCDE.

Estes autores afirmam que são os países lusófonos os que mais alunos movem, sendo que são os estudantes originários do Brasil os que mais aumentam e que os países africanos têm vindo a diminuir.

A internacionalização do ensino que a globalização fomenta, associada aos interesses económicos e políticos dos Estados de possuir mão-de-obra qualificada e especializada podem ser promotores da mobilidade estudantil sobretudo no nível de ensino superior.

### **3.2. De Angola para Portugal**

A globalização económica incrementa novas e competitivas necessidades formativas desafiando os jovens a melhorar os seus conhecimentos e capacidades profissionais pela obtenção de cursos de graduação académica.

Deste modo, o avanço das tecnologias de informação e as vivências de uma sociedade cada vez mais competitiva impelem os jovens estudantes a procurar experiências académicas internacionais.

Faria (2011) aponta que a decisão de sair do País de origem se deve ao facto das condições de realização pessoal não satisfazerem os indivíduos.

Por outro lado, continua esta autora, a direção que estes tomam tem sempre em linha de conta as possibilidades de integração nas sociedades de acolhimento, tornando-se Portugal um dos destinos frequentemente eleito. Afirma que Portugal é o País onde os Angolanos se refugiam quando a vida, em Angola se complica e onde, muitos Angolanos, já têm bens fazendo de Portugal a sua casa.

Pessoa (2004) refere que, conforme as estatísticas oficiais do início deste século são os estudantes Angolanos os mais representativos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, conforme tabela abaixo:

**Quadro 11 - Estudantes CPLP na IES Portuguesas (2000/2002)**

Nacionalidade	Estud. 00-01	%	Estud. 01-02	%	Imig. (30.11.02)	%
Angola	2.686	33,6	3.183	33,9	24.096	18,4
Brasil	1.310	16,3	1.525	16,2	24.550	18,8
Cabo Verde	2.070	25,9	2.497	26,6	51.950	39,7
Guiné-Bissau	560	7	550	5,8	18.728	14,3
Moçambique	847	10,6	1.074	11,4	4.870	3,7
S. Tomé e Príncipe	389	4,9	441	4,7	6.689	5,1
Timor-Leste	137	1,7	136	1,4	2	0,0
<b>Total</b>	<b>7.999</b>	<b>100</b>	<b>9.406</b>	<b>100</b>	<b>130.885</b>	<b>100</b>

Fonte: Direção Geral do Ensino Superior e Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

Assiste-se ainda à ideia de construção e constituição de *elites Angolanas*, cujo conceito, os jovens Angolanos, promovem e utilizam como impulso que os direciona nas suas “escolhas e na construção da sua visão de futuro” (Faria, 2009: 47).

A autora traz o conceito de *elite* de Fonseca (2003:45), que refere a excelência social (os portadores de qualidades e aptidões especiais) que promovem e certificam o seu poder. Neste sentido, pertencer à *elite no poder* resulta do reconhecimento e representação social.

O conceito de representação social, conforme Minayo (1994: 108), pode ser entendido como "imagens construídas sobre o real". Nesta senda, estas imagens constituem um sistema de interpretação da realidade (relações do indivíduo com o meio social) e que serve de leme para as suas condutas.

É este sistema quem garante a interiorização das práticas sociais e dos seus modelos de conduta. Para Jodelet (2001), a representação social, "... é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p. 22).

O conceito de reconhecimento, originário da obra filosófica de Hegel, define-se como o conjunto de relações ético-jurídicas que acontecem nas diferentes áreas da vida. Este conceito tem vindo a ser adaptado à atualidade, sobretudo por autores como Charles Taylor e Axel Honneth (Morais, 2018).

Estes conceitos encontram-se interligados e interdependentes. Porém, como transcendem o nosso objeto, não os vamos aprofundar embora não pudéssemos deixar de nos referir a eles, ainda que de modo muito breve para melhor entendermos a ideia de elite do poder.

Mills (1981) aponta que compõem a elite do poder os homens que se encontram numa posição transcendente ao ambiente onde se movem os homens comuns, e de tomar decisões de grandes consequências, concretizem-nas ou não.

Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem.

A elite do poder não é de governantes solitários. Conselheiros e consultores, porta-vozes e promotores de opinião são, freqüentemente, os capitães de seus pensamentos e decisões superiores. (Mills, op. cit.: 12).

O reconhecimento da elite do poder é, contudo, mutável. Esta elite altera-se sempre que se verifiquem alterações às condições definidoras desse grupo.

Como afirma Liberato (2012:111)

Em Angola, as transformações políticas, económicas e sociais marcadas pelos diferentes contextos históricos (colonialismo, política socialista, guerra civil, liberalização económica e multipartidarismo) também tiveram reflexos no setor educativo em geral e no ensino superior em particular, levando, ao longo dos anos, a uma mobilidade de estudantes Angolanos para o exterior. A saída para o estrangeiro apresenta-se assim como uma oportunidade que todos os estudantes Angolanos no geral gostariam de beneficiar, independentemente do país de destino.

Para além destas preocupações, a oferta formativa limitada e a incapacidade de afirmação do ensino superior Angolano no contexto nacional e internacional, impelem à imigração estudantil apesar da incapacidade de resposta do Estado à solicitação de bolsas de estudo para o exterior, exigindo às famílias um grande esforço financeiro.

Com as mudanças políticas em Angola houve alterações nas condições de financiamento da educação superior no estrangeiro que durante muitos anos foram condicionadas por “acordos intergovernamentais possibilitando a concessão massiva de bolsa de estudo do próprio Estado Angolano, assim como de países politicamente aliados...” (Liberato, 2012a: 134). Atualmente, este esforço é feito pelas famílias, embora o Estado também atribua bolsa de estudo.

Para ajudar a suprimir as dificuldades económicas e apoiar as famílias mais carenciadas, o INABGE, órgão tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, atribui bolsas de estudo (quer para o interior do país, quer para o exterior), privilegiando o mérito e os cidadãos que cumpram os requisitos exigidos no Decreto Presidencial 165/14 de 19 de junho.

As bolsas de estudo para o exterior podem ser integrais, quando o estado Angolano suporta todas as despesas, ou comparticipadas, quando existe uma comparticipação dos Países doadores (bolsas de cooperação), isto é o estado Angolano obriga-se a comparticipar nas despesas de formação do bolseiro, em colaboração com o país doador, assim como dos familiares.

O Estado procura por intermédio destas bolsas qualificar quadros necessários para o desenvolvimento do País. Daí prioriza algumas áreas deficitárias como a Ciências Exatas; Ciências Naturais e do Ambiente; Ciências Médicas e da Saúde;

Ciências das Engenharias e das Tecnologias; Ciências Agrárias e das Pescas; Artes e Humanidades; Educação física; Engenharia dos Transportes; Engenharia das Pescas e Aquicultura; Engenharia Alimentar; Design e Moda; Matemática; Física; Química; Geologia; Biologia; Medicina Dentária Medicina Veterinária (PNFQ, 2013-2020).

De acordo com a base de dados do INAGBE (2017), no final do ano de 2017, este órgão controlava 4 409 bolseiros externos, distribuídos por 29 países, sendo Portugal com mais bolseiros de pós-graduação (451) e o terceiro de graduação (270).

A escolha de Portugal como destino, refere Liberato (2012:117), resulta de séculos de interação entre Portugal e Angola. Ainda a autora citada refere ainda que

A deslocação de estudantes Angolanos para Portugal assume características que vão além da simples migração temporária. A existência de uma significativa comunidade imigrante Angolana em Portugal, constituída ao longo dos anos, a possibilidade de aquisição da nacionalidade portuguesa, bem como a proximidade entre os currículos escolares são fatores que influenciam essa escolha. Por outro lado, a realização da formação superior em Portugal pelos pais (e mesmo pelos avós) leva a que estes enviem os seus filhos e netos, no intuito de verem reproduzido o mesmo percurso escolar. (Liberato, ibidem).

Além destes motivos, Liberato (2012a), aponta a visão dos estudantes e das famílias sobre a qualidade do ensino superior português e do reconhecimento do valor dos diplomas portugueses como parte integrante do processo de tomada de decisão destes alunos.

Em suma, vemos que são apontadas como motivações para a vinda dos estudantes Angolanos para o ensino superior português razões históricas, razões familiares, o idioma, mas também o reconhecimento da qualidade do ensino em Portugal.

### **III - O ESTUDO EMPIRICO**

## **1 - Metodologia**

Passamos a apresentar a problemática, objetivos, tipo de investigação, instrumentos de recolha e procedimentos no seu tratamento, caracterização da amostra.

### **1.1. Problemática**

No contexto de globalização neoliberal, o ensino superior assevera-se importante na promoção de alianças entre múltiplas instituições e interesses político-económicos. Outrossim, torna-se alvo de importantes reformas e da criação de diversas políticas educacionais que almejam certificar princípios de qualidade.

Angola, jovem país formado a partir de uma guerra pela obtenção da Independência e outra (guerra civil) pelo Poder, é construída com avanços e recuos, com organização e desorganização, com necessidade de fundar instituições e de formar técnicos com competências nas diferentes áreas, a educação consubstancia-se fulcral para o seu desenvolvimento social, económico e político, pois conforme o país e suas políticas se vão organizando, maior é a necessidade e importância da educação e formação. As transformações que ao longo das décadas o país foi sofrendo, concorrem para a sua estabilização, afirmação e inscrição na rota da democracia e do desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, na última década, tem dedicado uma especial atenção ao setor da educação e ao seu subsector do ensino superior.

O Ensino Superior, desde o seu surgimento em solo angolano (1962), objetivou a autonomia colonial intelectual e a formação de profissionais considerados essenciais para o desenvolvimento local. Com a independência de Angola, em 1975, houve necessidade de alavancar o seu desenvolvimento interno. Para esse efeito criaram-se diversas estratégias nomeadamente a formação de Quadros (Patatas, 2017).

É assim que a partir 2007, Angola aumenta a sua oferta formativa com iniciativas privadas. A posição do ensino superior privado em Angola passa a ser de parceiro das políticas educativas e de formação para o alcance dos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) – 2013/2020.

Havendo sido reconhecido o Ensino Superior como um parceiro para a implementação dos princípios defendidos no PNFQ, o Governo Angolano investiu em políticas promotoras do aumento da qualidade e da oferta educativa. Tal veio a fomentar a procura pelos jovens do Ensino Superior, reforçando o parecer de que a formação inicial de jovens tende a prolongar-se e continua a ser uma mais-valia no momento de inserção no mercado de trabalho (OCDE, 2013).

Apesar do aumento da oferta formativa, o Ensino Superior Angolano não tem sido capaz de se afirmar tanto no interior como no exterior do País. A conjuntura económico-social que o país vive desde a sua independência não fomenta o regular e necessário investimento nas infraestruturas e na formação de professores, o que torna a qualidade do ensino discutível.

Tal facto, associado à insuficiente variedade formativa, tem vindo ao longo destas últimas décadas a manter o interesse dos jovens pelo ensino superior estrangeiro, apesar de não serem garantidas pelo Estado bolsas de estudo para todos os jovens que saem do País.

## **1.2. Pergunta de partida**

Face à nossa problemática definimos a seguinte pergunta de partida: Que motivações têm os estudantes angolanos para estudarem em Portugal, que opiniões têm sobre o Ensino Superior Angolano e quais as suas expectativas para o futuro?

## **1.3. Objetivos do estudo**

O objeto do nosso estudo centra-se no processo de construção e evolução do Ensino Superior em Angola, nos seus desafios face ao mundo e nos olhares que

os estudantes angolanos e Portugal têm sobre o Ensino Superior Angolano.

Definimos como objetivos:

- Analisar causas e motivações de mobilidade dos jovens estudantes angolanos para Portugal.
- Analisar as perceções que os estudantes Angolanos em Portugal têm sobre o Ensino Angolano.
- Analisar que expetativas têm os estudantes Angolanos após término da sua formação.

#### **1.4. Desenho da investigação**

Ao método científico correspondem um conjunto de normas que orientam as investigações para o conhecimento científico. Fortin (2003:40) refere que metodologia é “o conjunto de métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”.

Se entendermos que método significa o caminho que nos leva a atingir um fim podemos dizer então que metodologia são os procedimentos metódicos e ordenados que nos levam a alcançar os objetivos predefinidos numa dada área do saber, sendo a sua atividade primeira a pesquisa.

A pesquisa desenvolve-se num processo que se desenrola desde a formulação do problema à discussão dos resultados. Para que exista pesquisa tem de existir uma pergunta e, neste sentido, a pesquisa pretende buscar uma resposta.

Gerhardt & Silveira (2009:12) afirmam que é “irreal a visão romântica de que o pesquisador é aquele que inventa e promove descobertas por ser genial.” Efetivamente ao elaborarmos o nosso projeto de pesquisa é necessário levar em conta nossos limites, disponibilidade, conhecimentos sobre a temática e os meios de que dispomos para levar avante a nossa pesquisa. É, pois, necessário fazer um planeamento cuidadoso que passa pela escolha do tema, a formulação da pergunta de partida/problema, a determinação dos objetivos, a construção de hipóteses e a operacionalização dos métodos.

Comumente fala-se de métodos e metodologia como sinónimos. Contudo, têm diferenças. Enquanto a metodologia procura caminhos válidos para se chegar a um fim, não se confunde com os procedimentos – método. A metodologia aponta as escolhas teóricas para abordar o objeto de estudo (Gerhardt & Silveira, op. cit.).

Um estudo (investigação) pretende sempre chegar a conclusões sobre problemas previamente levantados, por meio de recolhas planeadas e sistemáticas de dados e respetiva interpretação. Representam instrumentos importantes para o desenvolvimento e conhecimento científico do Homem, permitindo-lhe resolver seus conflitos com o meio que o envolve (Cohen & Manion, 1980).

Os dados da pesquisa empírica são recolhidos por meio de fontes diretas que vivenciaram ou conhecem sobre um dado tema/situação e que permitem o entendimento dos mesmos.

Assim, tendo em conta o propósito de perceber as perceções dos estudantes Angolanos no ensino superior em Portugal optou-se por um estudo empírico de natureza qualitativa.

Filstead (1986) assinala que os métodos qualitativos e os métodos quantitativos não representam apenas técnicas mas paradigmas que servem de guia relativamente aos problemas com que os investigadores se deparam, são linhas orientadoras para a definição das teorias e modelos a utilizar, estabelece critérios relativamente às ferramentas a serem usadas, proporciona uma “epistemologia” de trabalho.

O autor assinala também que a diferença entre estes paradigmas (quantitativo e qualitativo) encontra os seus fundamentos nos argumentos clássicos da filosofia das escolas do realismo e das escolas do idealismo.

Estes dois paradigmas diferem em alguns aspetos. Nomeadamente:

#### ***Quadro 12- Paradigma Qualitativo x Paradigma Quantitativo***

Paradigma Qualitativo	Paradigma Quantitativo
Orientado para o processo	Orientado para os resultados
Holista	Particularista

Mais Subjetivo	Mais Objetivo
Realidade dinâmica	Realidade estática
Interessado na compreensão	Procura s estados finais
Análise de Conteúdo	Análise de dados estatísticos



**METODOLOGIAS QUALITATIVAS**



**METODOLOGIAS QUANTITATIVAS**

Marconi & Lakatos (2008, p. 269) refere que o

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento.

Silva (2008: 29) afirma que a abordagem qualitativa se preocupa com os fenômenos sociais tendo em conta crenças, valores, representações.

Optamos por esta abordagem qualitativa pois buscamos mais do que simples respostas afirmativas ou negativas, mas queremos perceber a riqueza das respostas dos entrevistados, seus olhares e sentimentos.

Como referem (Bogdan & Biklen, 1994, p.16)

Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, mas são formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural.

É no paradigma qualitativo que o senso comum ganha relevância sem que se perca o discurso científico (Gerhardt & Silveira, 2009). É um paradigma onde os investigadores, como apontam Bogdan & Biklen (op. cit.), devem desenvolver empatia com os participantes no estudo e focar-se em compreender vários pontos de vista, sem emitir juízos de valor.

Para realizar o nosso estudo e recolher dados pretendemos fizemos uma entrevista semiestruturada.

### **1.3.1. Técnica de recolha de dados: a entrevista**

Para recolher os dados empíricos fizemos uma entrevista semiestruturada.

A entrevista é vista por Amado (2014) como um processo de recolha de informação com vários pressupostos, como por exemplo influências e emoções, orientados por um projeto de investigação e uma conversa norteada por objetivos previamente pensados e definidos.

Bogdan & Biklen (1994) referem-se à entrevista como sendo uma conversa intencional, planeada, para recolher informações. Estes autores apontam-na como um instrumento importante para a recolha de dados. Breakwell, Hammond, Fife-Schaw & Smith (2010) encaram-na como um instrumento por excelência que extrapola teorias.

Para Bogdan & Biklen (1994:134) a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos, com o apontamento do investigador, fomentando a possibilidade deste se apropriar da visão dos sujeitos entrevistados sobre o objeto em estudo.

Quanto à sua estrutura as entrevistas definem-se como estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas.

No âmbito da presente investigação, optou-se pela entrevista semiestruturada com o objetivo de explorar as motivações que levam os estudantes Angolanos a virem para Portugal fazer a sua formação superior, conhecer as perceções que têm relativamente ao ensino superior angolano e ainda as aspirações/expetativas para o seu futuro (após término da sua formação).

Baseamos a nossa decisão nas características da entrevista semiestruturada que “derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado, 2004: 208).

A entrevista semiestruturada, apesar da possível subjetividade, permite obter muitas informações, por ser uma técnica de interação social que “permite correções, esclarecimentos e adaptações que a torna sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas” (Lüdke & André, 1994: 34).

A entrevista pressupõe um guião, uma matriz condutora de modo a que todos os entrevistados possam debruçar-se sobre as mesmas questões. O guião da entrevista foi testado em dois estudantes angolanos que não fazem parte da amostra.

As entrevistas foram realizadas em função da disponibilidade dos entrevistados, sendo que cinco delas realizaram-se via *Whatsapp*, tendo sido utilizado um guião para a entrevista (anexo II). As respostas às questões foram anotadas em papel e gravadas em áudio, e posteriormente transcritas para documento Word.

Os entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa, do anonimato dos entrevistados e confidencialidade dos dados recolhidos.

As questões foram apresentadas de forma sequencial dando-se primazia a um formato de resposta aberto. Procurou-se criar um ambiente acolhedor de modo a que os entrevistados se sentissem confortáveis para expressarem o que sentiam ou o que pensavam. Para melhor serem tratados os dados recolhidos da entrevista, pela técnica de análise de conteúdo, elaborou-se uma matriz com cinco itens para elaboração da análise de conteúdo da entrevista:

**Tabela 1 - matriz de análise da entrevista**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Unidade de Registo</b>
<b>Grupo dos temas-eixo tratados na entrevista</b>	Sub-divisão das questões tratadas dentro de cada tema-eixo.	Organização de segmentos de conteúdo a considerar como unidade base.

### 1.3.2. As categorias de análise

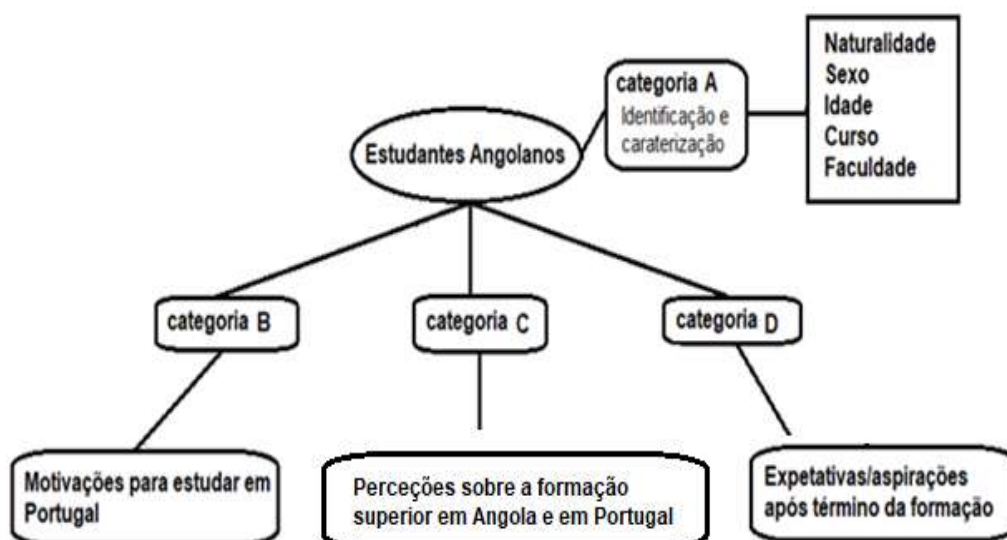
Para respondermos à nossa pergunta e aos nossos objetivos os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Estas entrevistas serão analisadas pela técnica de análise de conteúdo.

Esta entende-se como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) desta mensagens” (Bardin, 2008: 44).

Na análise de conteúdo o material empírico é analisado pelo investigador e tem uma dimensão descritiva que procura mostrar o que foi narrado nas entrevistas e uma dimensão interpretativa. Em regra encerra três fases: pré-análise (a primeira; a exploração do material (a segunda) e, finalmente, a o estabelecimento de inferências e a interpretação (Bardin, 1995, p. 101).

Assim, as entrevistas serão transcritas (integral e fielmente) e serão criadas sinopses das mesmas pelo preenchimento de uma grelha que permitirá comparar as diferentes entrevistas. Para o efeito formaram-se as seguintes categorias, baseados no pressuposto abaixo representado:

**Quadro 13 – Categorias de Análise**



As categorias de análise escolhidas foram: os entrevistados, as motivações, as perceções e as expetativas/aspirações.

Os indicadores/unidades de registo escolhidos justificam-se pela nossa definição da problemática e dos objetivos que pretendemos atingir.

**Quadro 14 - Sub-categorias e indicadores/unidades de registo**

<b>Categoria</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Indicadores/unidades de registo</b>
<b>- A - Identificação e caracterização</b>	Naturalidade	Luanda/Outras Províncias
	Sexo	Feminino /Masculino
	Idade	18- 23 anos/ 24 – 29 anos/ =30 anos
	Curso	Comunicação/Ciências/Tecnologias/Gestão
	Faculdade	Privada/Pública
<b>- B - Motivação para estudar em Portugal</b>	Incentivo	Familiares, Professores e/ou Amigos
	Conhecimento do País	Ter familiares a viver em Portugal
	Facilidade comunicação	Língua
	O Ensino em Angola	A Qualidade de Ensino em Angola/ Falta de oferta formativa em Angola/ Vontade de sair do País/
	Sonho	Ideia de prestígio
<b>- C - Perceções sobre a formação Superior em Angola e em Portugal</b>	Ensino	Qualidade/Sem Qualidade
	Oferta Formativa	Muita Oferta/ Pouca Oferta
<b>- D - Expetativas/aspirações após término da formação</b>	Voltar a Angola	Ter um bom emprego em Angola / Reconhecimento social /
	Viver em Portugal	Ter melhor qualidade de vida em Angola Ficar em Portugal a viver e trabalhar

## 1.5. Participantes no estudo

Carmo & Ferreira (2008: 209) referem-se a Patton (1990) para defender que é a técnica de amostragem quem mais evidencia o método utilizado numa investigação. Afirmam que as investigações quantitativas se baseiam em grandes amostras aleatórias e que as investigações qualitativas se focam em amostras mais pequenas, ou até em casos únicos, escolhidos intencionalmente.

Amostragem não probabilística seleciona os elementos da população que irão compor a amostra de acordo com os participantes que o investigador tem à sua disposição.

Amostras não probabilísticas podem ser selecionadas tendo como base critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra. Muitas vezes são utilizadas para fazer estudos em profundidade. A dimensão e os elementos escolhidos dependem dos objetivos do estudo. (Carmo & Ferreira (op.cit.: 215).

A amostragem por conveniência utiliza os participantes que o investigador tem à sua disposição. Este tipo de amostragem apresenta como limitação o facto de que os resultados e conclusões só dizem respeito à amostra e, como tal, não podem ser generalizados a toda a população, devendo os seus resultados ser utilizados com precauções.

Porém, consideram-se úteis, já que por meio da investigação que utiliza este tipo de amostragem, podem recolher-se informações importantes e a partir deles vir a realizar-se outros estudos.

O efeito bola de neve verifica-se quando a partir de elementos conhecidos se identificam outros elementos, sendo que os primeiros indicam outros e assim sucessivamente. Neste estudo, por não se esgotarem as indicações sucessivas de participações, não podemos considerar este efeito. Assim, neste estudo, utilizou-se a amostragem não probabilística, por conveniência.

Os elementos da amostra foram escolhidos pela sua proximidade e disponibilidade para participar no estudo. Foram contactados por telefone tendo aceitado participar na totalidade.

## **IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS**

Passamos a apresentar os resultados dos dados extraídos das nossas entrevistas numa abordagem qualitativa de natureza descritiva. Após a apresentação dos resultados, passaremos à sua discussão pela comparação com os teóricos abordados nos capítulos anteriores.

## 1. Quem são os entrevistados?

Na identificação e caracterização dos nossos entrevistados, procuramos saber a naturalidade, género, idade, Curso e Instituição frequentada por eles.

Obtivemos as seguintes respostas:

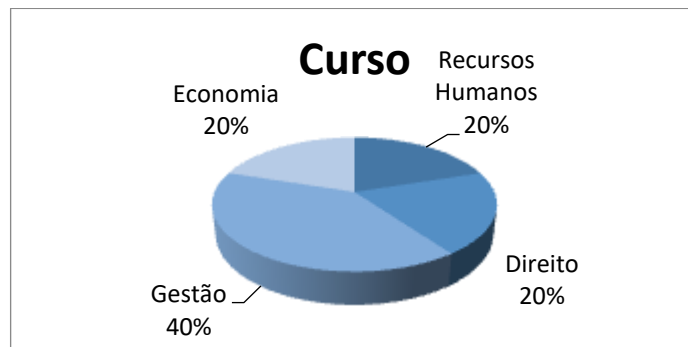
**Quadro 15 - Categoria A - Identificação e Caracterização**

Categoria	Sub-categorias	Indicadores/unidades de registo	E1	E2	E3	E4	E5	E6
<b>- A - Identificação e Caraterização</b>	Naturalidade	Luanda/Outras Províncias	Luanda	Benguela	Luanda	Luanda	Namibe	Luanda
	Sexo	Feminino /Masculino	F	F	M	M	F	M
	Idade	18- 23 anos/ 24 – 29 anos/ ≥30 anos	19	21	24	25	27	sup 30
	Curso	Licenciaturas	Rec Humanos	Direito	Gestão	Ciências Comunicação	Gestão	Economia
	Faculdade	Privada/Pública	Privada	Privada	Privada	Privada	Pública	Privada

Os nossos entrevistados são estudantes Angolanos, maioritariamente naturais de Luanda, a frequentar instituições de ensino superior portuguesas privadas, em Lisboa, nos cursos de licenciatura em Economia, Gestão de Recursos Humanos, Ciências da Comunicação, Gestão e Direito.

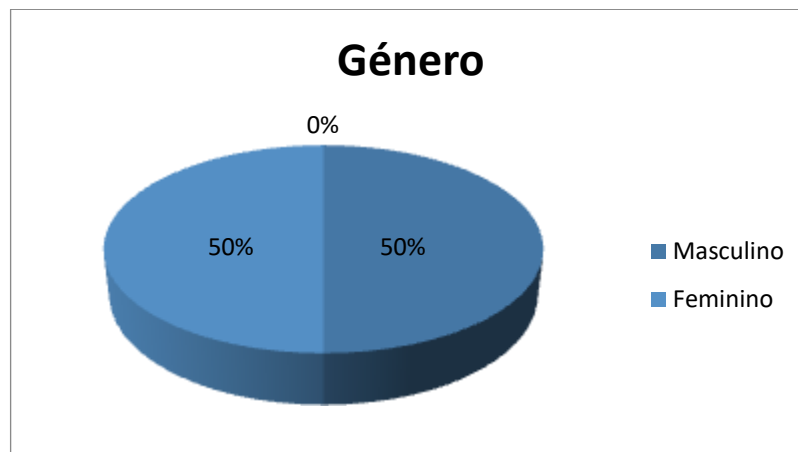
Apenas um estudante frequenta uma instituição de ensino superior pública.

**Gráfico 1- Cursos de Licenciatura**



O género está equilibrado com três (3) entrevistados do género feminino (E1, E2 e E4) e três (3) entrevistados (E3, E5 e E6) do género masculino.

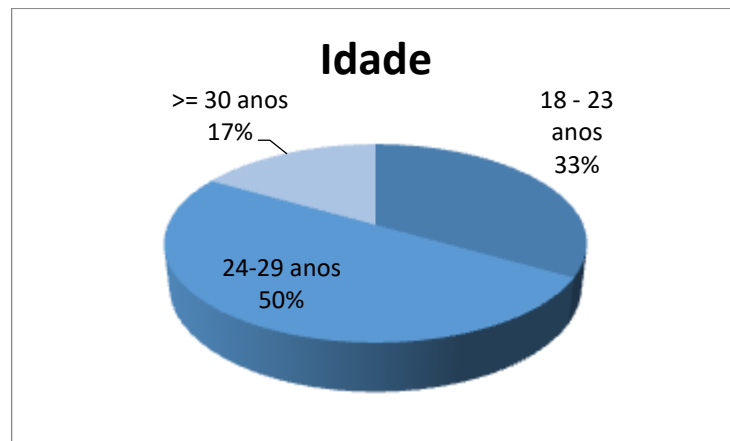
**Gráfico 2 - Género Entrevistados**



Para caracterizarmos as idades dos participantes fizemos três grupos: entre 19 e 21 anos; entre 22 e 25 anos e mais de 26 anos.

Apenas um (1 - E6), participante tem mais de 30 anos, três (3) participantes têm entre 22 e 25 anos (E3, E4 e E5) e dois (2) participantes encontram-se na faixa etária entre os 19 e 21 anos de idade (E1 e E2).

**Gráfico 3 - Idade dos entrevistados**



## **2 - Apresentação e comentário dos dados**

Ao longo da discussão dos dados obtidos com as entrevistas tentaremos responder aos objetivos a que nos propusemos atingir, articulando-os com os teóricos referenciados e fazendo sinopses das entrevistas.

Face ao problema inicialmente identificado, sobre quais são as percepções dos estudantes Angolanos em Portugal sobre a qualidade do Ensino Superior Angolano; que motivações têm para abandonar o País e sobrecarregar economicamente as suas famílias, que expectativas têm após conclusão da sua formação, entrevistamos seis estudantes Angolanos a frequentar o ensino superior em Portugal para que, na primeira pessoa, nos pudessem falar das suas percepções, expectativas e motivações.

Organizamos a nossa discussão em três partes:

- 1 – motivações para estudar em Portugal
- 2 - percepções sobre o ensino superior angolano
- 3 - expetativas e aspirações após término da formação.

### 1) *Motivações para estudar em Portugal*

Para discutirmos os resultados referentes à primeira parte, partimos da afirmação de Faria (2011) que refere a importância do sonho/vontade de conhecer novos Países como meio de satisfação individual e motivação para a mobilidade internacional dos estudantes, independentemente da idealização do País de destino.

Do resumo das entrevistas relativas à categoria de análise — motivação para estudar em Portugal, a maioria dos nossos entrevistados revelou que a motivação para virem estudar em Portugal partiu, essencialmente, do incentivo dos seus familiares e amigos, sendo que, apenas um (1) entrevistado (E6), disse que esse incentivo lhe foi dado por professores.

**Quadro 16 - Motivação para estudar em Portugal**

Categoria	Sub-categorias	Indicadores/unidades de registo	E1	E2	E3	E4	E5	E6
<b>- B - Motivação para estudar em Portugal</b>	Incentivo	Familiares, Professores e/ou Amigos	Familiares e amigos	Familiares	Amigos Protocolos	Familiares e amigos	Familiares e amigos	Professores
	Conhecimento do País	Ter familiares a viver em Portugal	Amigos e família	Amigos	Amigos e família	Amigos e família	Amigos e família	Amigos e família
	Facilidade comunicação	Língua		Língua		Língua e Segurança		Língua
	O Ensino em Angola	A Qualidade de Ensino em Angola/ Falta de oferta formativa em Angola/ Vontade de sair do País/	Qualidade e a Falta de oferta formativa em Angola	Qualidade e vontade de sair	Vontade sair	Qualidade e vontade de sair	Qualidade e vontade de sair	Qualidade e vontade de sair
	Sonho	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio		Ideia de prestígio	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio

Também revelaram que o facto de terem familiares e amigos a viverem no País os motivou. Três (3) dos nossos entrevistados (E2, E4 e E6) revelaram a importância da língua e a maioria (E1, E2, E4, E5 e E6) refere a qualidade do ensino Angolano e a vontade de sair de Angola.

A maioria refere também a ideia de prestígio como fonte de motivação (E1, E2, E4 E5 e E6).

Do que ouvimos dos nossos entrevistados, percebemos que essa vontade conjugada com a identificação cultural e linguísticas apontadas pelos nossos entrevistados são fundamentais na sua vinda para Portugal.

Os nossos entrevistados afirmam, no que respeita à motivação para estudar em Portugal, a influência/incentivo de familiares e os amigos, mas também a facilidade de comunicação (conhecimento da língua), o sonho e vontade de sair do País, como motivações.

Primeiro porque tinha cá família, depois por causa da língua. É sempre mais fácil quando falamos a mesma língua. E há muitos costumes que são parecidos com os costumes Angolanos. Há muitas diferenças, mas também há muitas coisas parecidas. (E2)

Em Angola, desde cedo, os pais dizem que temos de vir formar-nos no exterior. Vivemos nessa ideia sempre. No exterior é melhor, tem mais oportunidade e os cursos são melhores. (E3)

Sabe Portugal é visto como uma continuidade de Angola. A Língua também ajuda muito. Em Angola, nós os jovens, sempre pensamos em vir para a Tuga. Eu sei que quando estamos na banda falamos mal e dizemos muitas coisas, mas no fundo queremos mesmo é vir. Nós identificamo-nos com Portugal. É como uma segunda casa. Se as coisas correm mal em Angola... (risos) ... voamos para Portugal.” (E4)

Portugal é um dos países escolhidos pelos estudantes Angolanos independentemente de protocolos ou políticas de cooperação. E defendemos esta afirmação porque os nossos entrevistados não se referiram a esses protocolos e/ou políticas de cooperação.

Os meus pais ainda hesitaram por causa do dinheiro. Mas, tenho conseguido porque arranjei trabalho aos fins-de-semana, na telepiza. Assim, sempre dá para as despesas. Ainda tentei arranjar uma bolsa da Sonangol, mas não consegui. (E1)

Pelas palavras do entrevistado acima percebe-se que apesar das dificuldades económicas os estudantes mantêm o apoio da família para sair de Angola. Existem algumas dificuldades na adaptação e na integração dos estudantes em Portugal, apesar da maioria se ter referido à existência de uma base familiar de apoio existente em Portugal que é facilitadora. Por outro lado, percebemos que estes estudantes procuram colmatar as dificuldades económicas recorrendo ao trabalho precário.

Fácil? Nada, Dona! Muito difícil. O dinheiro... é difícil mandarem. Mas pronto(s)... vai dando... um bico aqui e outro ali... Quem tem família cá, como eu, apoiamo-nos uns aos outros. Sei de amigos que não concluíram, tiveram de regressar. Ficaram muito revoltados, mas não dava mesmo. (E2)

No princípio foi duro. Tinha pouco dinheiro também. Não tinha dinheiro para pagar o quarto. Passei mal. Depois consegui arranjar um trabalho no Colombo na restauração. Não se ganha muito mas dá para pagar as contas. (E3)

A vontade e a necessidade de satisfação individual é incentivada pela ideia de prestígio, indo de encontro ao referido por Liberato (2012) que defende que sair de Angola é vista pelos estudantes como uma oportunidade.

Há a ideia de que deter um diploma estrangeiro é prestigioso e facilitador. Esta é referida como motivação para a mobilidade dos estudantes.

No meu caso foi mesmo os meus pais dizerem que era melhor vir para o exterior, que os cursos em Angola não prestavam e que se me formasse fora teria mais oportunidades de arranjar um bom cargo. Também todos os jovens sonham em vir para o exterior. É uma “banga” ir nas férias e dizer que estamos fora. Além de que os cursos, tirados fora, têm mais valor, mais prestígio. (E4).

Sim. Qualquer um que faça a sua formação fora de Angola tem vantagens porque se fica melhor formado e com certeza vou conseguir um lugar de direção. Penso que não vou começar de baixo. (E1).

Quando se estuda fora as pessoas olham sempre de maneira diferente. (E1).

Eu podia tirar este curso em Angola, mas sei que indo de fora é diferente. O diploma de fora tem mais peso, mais força. Quando se apresenta um diploma de fora chegamos a lugares mais altos. (E3)

Dois dos nossos entrevistados referem a ideia de poder e da possibilidade de vir a pertencer à elite Angolana, tal como aponta Faria (2011), mas a maioria aponta o poder económico e o reconhecimento social como fator preponderante na sua decisão de sair de Angola para estudar. Estes são também fatores importantes que Axel Honneth (2003)<sup>9</sup> aponta como importantes no conceito de reconhecimento.

---

<sup>9</sup> O autor, em sua obra “Luta por Reconhecimento”, traz uma nova roupagem ao conceito de reconhecimento de Hegel ao pensá-lo não como intersubjetivo e a identidade do indivíduo é constituída pelo reconhecimento intersubjetivo de construção da identidade do indivíduo. Esta identidade, para este autor, é construída nas inter-relações que o indivíduo estabelece em sociedade. A negação ou falta de reconhecimento implica, segundo o autor, conflitos sociais.

Nestes testemunhos percebe-se a existência da ideia de uma “ponte” entre Angola e Portugal. Os estudantes Angolanos referem os laços existentes entre os dois países, considerando que Portugal é uma extensão do seu próprio país (E4).

## **2 - Perceções sobre o ensino superior em Angola**

Quanto à opinião dos nossos entrevistados sobre o ensino superior em Angola reconheceram que em Angola a oferta formativa não é tanta como em Portugal, corroborando as teses de Liberato (2012) e Faria (2011).

A ideia de qualidade de ensino, traduzida pelos nossos entrevistados vai ao encontro de Roldão (2006: 65) que ao citar Ethier (1989) refere os recursos, sejam humanos, materiais ou financeiros; o processo educativo e o desenvolvimento dos estudantes como parâmetros para a sua definição.

Contudo, os nossos entrevistados, dão mais ênfase, para a sua escolha, à qualidade do ensino, na sua vertente pedagógica e das infraestruturas.

Veja o caso da internet. Para fazermos esta entrevista pelo WhatsApp... (risos)... podíamos, mas estaria sempre a cair. Veja, falta a luz, falta a água,... tudo isso penso também faz com que não haja tanta qualidade. (E2)  
Em Angola há muitas dificuldades. Os professores não ganham bem. Ser professor quase não é profissão. (E6)

Também há o problema da falta de laboratórios e de equipamentos... a internet, por exemplo, funciona mal. As faculdades não têm internet para os alunos. O Governo precisa de gastar muito dinheiro. Tem de ter bons professores, professores que só “deiam” aulas, tem de ter salas de aulas equipadas. Tem de investir na internet, nos laboratórios...olhe ...num bar para os alunos, numa biblioteca a sério,... (E6)

Associada à ideia das debilidades da formação dos docentes e das suas práticas pedagógicas, é também apontada a existência de uma cultura de facilitismo em concordância com as afirmações de Carvalho (2012).

Efetivamente é afirmado que o processo educativo em Angola se encontra comprometido pelo que denominam como “facilitismo”, que os recursos são escassos ou insuficientes e portanto o desenvolvimento dos estudantes fica comprometido.

Há facilitismo. Os professores também não são muito bons. Ouço dizer que fazem ditados dos livros. (E1)

Foi a má reputação do ensino e de todos dizerem que não tem qualidade e que todos passam, que há facilidades. (E1).

A minha prima estuda em Angola e ela diz que nas aulas os professores se enganam, não sabem responder as perguntas dos alunos e fazem ditados! (risos).(E2).

Em Angola há muito facilitismo. Eles fazem o que podem mas sabe... ainda há muita ideia de que, por exemplo, se estou no privado tenho de passar ou se os pais têm dinheiro tenho de passar. E também os professores têm pouca formação. Há muito professores que nunca estudaram para serem professores. (E3)

As palavras dos nossos entrevistados corroboram o pensamento de Liberato (2019) quando refere que apesar das ações do Governo para afirmar e conduzir o Ensino Superior para o trilho da qualidade, estas não têm surtido efeito, pois existe a deficitária formação pedagógica e científica dos professores.

E também os professores têm pouca formação. Há muito professores que nunca estudaram para serem professores. As condições das escolas também têm a sua influência. Eu sei que o Governo tem feito muitas leis, mas depois na prática fica tudo igual. (E3)

Os professores são pouco qualificados e até dão erros quando escrevem. Na escola pública os professores ainda batem nos miúdos se não sabemos responder ou se não fazemos as tarefas de casa. O ensino na banda não é grande coisa. (E4)

Em Angola, mandam-me ler os apontamentos (risos) está a ver! O Governo tem de apostar nos professores. Eles pagam mal aos professores e não são reconhecidos. (E6)

Os estudantes entrevistados quando compararam o Ensino Superior Angolano com o Ensino Superior Português, são unânimes em considerar o Ensino Superior Português com mais qualidade e apresentam expectativas de formação elevadas afirmando que este lhes fornecerá ferramentas para terem sucesso profissional, embora considerem que deveriam ter uma vertente mais prática.

Muitas. Quando acabar vou estar preparado para exercer a minha profissão. Sem dúvida. (E6)

Este curso vai fazer de mim uma boa profissional. Mas tem muita teoria. Podia ter mais prática. Podiam arranjar estágios e por os alunos no fim do curso a aprender diretamente nas empresas. (E5)

Todas. Penso que ficarei apto para o trabalho de jornalismo. Se eu tivesse ficado em Angola não teria aprendido a escrever como escrevo agora. Como eu disse há professores que dão erros. Mas penso que os cursos em Portugal deviam ser mais práticos. Haver mais estágios, fazermos mais formação na prática. (E4)

Estas opiniões sobre o ensino superior em Angola também serão fruto do seu contacto com o ensino superior português. Os entrevistados concordam que o ensino em Portugal tem qualidade, apesar de um (1) dos entrevistados (E3) dizer que não é o ensino com mais qualidade da Europa. Concordam que em Portugal há muita oferta formativa.

Assim, quando estabelecem uma relação entre o Ensino Superior em Angola e o Ensino Superior em Portugal é de que a formação Superior em Portugal é de tem por base um ensino com mais qualidade que lhes fornece ferramentas para que exerçam, no futuro, corretamente as suas funções profissionais.

### **Quadro 17 - Perceções sobre a formação Superior em Angola e em Portugal**

Categoria	Sub-categorias	Indicadores/ unidades de registo	E1	E2	E3	E4	E5	E6
<b>- C - Perceções sobre a formação Superior em Angola e em Portugal</b>	Ensino em Angola		Não tem qualidade. Há facilitismo	Ainda falta muita coisa e reflete-se na qualidade	Angola há muito facilitismo	Angola não é muito boa. Eu sei que há faculdades que até têm professores estrangeiros.	A oferta é pouca e deficientes infraestruturas e investimento em condições para estudantes e professores	Pouca qualidade pela falta de investimento no Ensino.
	Ensino em Portugal	Qualidade/ Sem Qualidade	O Ensino em Portugal tem qualidade	O Ensino em Portugal tem qualidade	Apesar de não ser o que tem mais qualidade na Europa, tem muita qualidade	Tem bastante qualidade, mas podia ser mais prático e menos teórico	O Ensino em Portugal tem qualidade, mas podia ter mais tempo de estágio prático	O Ensino em Portugal tem qualidade
	Oferta Formativa em Angola	Muita Oferta/ Pouca Oferta	Pouca Oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta
	Oferta Formativa em Portugal	Muita Oferta/ Pouca Oferta	Muita Oferta	Muita Oferta	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal

Segundo os nossos entrevistados

Em Portugal há mais qualidade. Mesmo nas Universidades Privadas. (...) E há muita escolha. Há imensos cursos. Pode-se escolher. (E1)

Eu acho que quando acabar vou estar capacitada para desempenhar uma profissão ligada aos recursos humanos. (E1)

Este curso vai preparar-me para o que quero fazer no futuro. (E2)

Quando acabar vou estar preparado para exercer a minha profissão. Sem dúvida. (E6)

### 3 - Expetativas e aspirações após término da formação

No que se refere às expetativas e aspirações, após término da formação, verificamos que todos os entrevistados esperam conseguir um bom trabalho, bem remunerado que lhes garanta qualidade de vida.

**Quadro 18-- Expetativas/aspirações após término da formação**

Categoria	Sub-categorias	Indicadores/ unidades de registo	E1	E2	E3	E4	E5	E6
<b>- D - Expetativas/a spirações após término da formação</b>	Voltar a Angola	Ter um bom emprego em Angola / Reconhecimento social /	"Quando acabar espero ter um bom emprego em Angola e ganhar bem para ter qualidade de vida"	"Quero ir para Angola e ser reconhecida. Ter um bom cargo."	"Nem pensar regressar! Há violência e a vida é dura."	"Depois de ter visto outra vida, não quero regressar." "Prefiro trabalhar em Portugal a ganhar muito menos do que em Angola. Não há condições e há muita insegurança."	"No princípio queria ir. Mas agora não. Quero poder arranjar um trabalho e ficar aqui."	"... a vida é complicada. Falta sempre tudo..." "Não pretendo voltar a Angola. Prefiro ganhar menos e ficar em Portugal."
		Ter melhor qualidade de vida em Angola						
	Viver em Portugal	Ficar em Portugal a viver e trabalhar						

Liberato (2012, p.128) refere ser

mais importante do que o país particular para onde foram estudar, os estudantes Angolanos salientam sobretudo a oportunidade que tiveram de realizarem a sua formação superior no estrangeiro, permitindo-lhes o acesso a uma nova realidade, a uma sociedade e cultura diferente daquela em que estavam inseridos (...) [o que contribuiu para os tornar] mais abertos a outras ideias que não aquelas que regem a sociedade Angolana.

Os nossos entrevistados afirmaram que esperam que a formação em Portugal lhes garanta a possibilidade de ter uma vida económica e socialmente estável devido a terem aprendido novos costumes, hábitos. Terem contactado uma realidade diferente da realidade Angolana.

Claro que sim. Vou ter mais prestígio por ser formada e sei que vou ganhar bem e portanto serei mais respeitada. (E1)  
Com um curso eu posso aspirar a ganhar mais e a ter uma vida melhor. (E3)  
Quando acabar quero conseguir arranjar trabalho. Depois talvez estude mais, mas para já só quero acabar e começar a trabalhar. Eu penso que estarei mais preparado, pois é importante conhecer outras realidades e perceber outras culturas. Agora tenho outros hábitos bem diferentes. (E4)

Eu quero ter uma vida calma, sem dívidas e ter um trabalho bem pago .... (risos)... pelo menos é o que ambiciono. Acho que agora estou mais preparada. Aprendi muito, mudei de hábitos. Viver noutra País fez-me crescer. (E5)

As afirmações dos nossos entrevistados vão ao encontro do pensamento da investigadora Liberato (2012: 127) que afirma que na realidade Angolana “a formação académica só por si não abre portas, tendo que, em muitos casos, a família recorre à sua rede de conhecimentos” para conseguir o primeiro emprego.

Conseguir arranjar um trabalho na minha área, mas sei que não vai ser assim tão fácil. Antes era muito mais fácil, agora é sempre preciso que algum familiar indique. (E5)

Eu penso que sim. Penso que serei mais reconhecido e respeitado. Mas também é preciso algum conhecido indicar. Sem indicação não é fácil ... (riso). (E6)

Os estudantes entrevistados referem que as condições de vida em Angola têm vindo a agudizar-se e como tal optam por não regressar e afirmam preferir ficar em Portugal ainda que não venham a trabalhar na sua área de formação, contrariamente ao que aconteceu com os seus pais que, por via das bolsas de estudo e dos protocolos com Países, sobretudo do Leste, regressavam a Angola, suprimindo assim as necessidades de mão-de-obra qualificada do País.

Estas decisões de não regressarem vão de encontro às afirmações de Faria (2011) que refere que as saídas dos jovens do seu país de origem ocorrem por razões de individualização, ou seja, não encontram condições de realização pessoal, mais do que a idealização do país de destino.

Portugal é um dos destinos escolhidos, não só pela ideia de qualidade do ensino ou do prestígio que um diploma de uma Universidade portuguesa possa ter, mas também porque, independentemente de políticas de cooperação que possam existir ou de Portugal estar aberto à internacionalização do ensino, se mantiveram “pontes” que promoveram e facilitaram a mobilidade dos jovens e das suas famílias.

Também indo de encontro a Liberato (2012) apesar de inicialmente a migração estudantil ser pensada como temporária, os estudantes que vêm para Portugal, tendem a não fazer o processo de retorno e a fixar-se no País que os acolheu,

sendo que as atuais condições económico-sociais que Angola atravessa são referidas como fomentadores para o não regresso.

Sabe, é que já não quero voltar para Angola. Há amigos que foram e já saíram. Eles dizem que a vida é complicada. Falta sempre tudo em Angola. A saúde... não é para todos porque nada funciona. (E6)

Mas, no princípio eu pensava que quando acabasse queria ir para Angola. Agora tudo mudou. A empresa do meu pai não está bem, o País não está bem. Assim quero poder arranjar um trabalho e ficar aqui. Não sei se por muitos anos ou se um dia regresso. Mas para já não quero regressar. (E5)

Hoje, já com família, digo-lhe que não regresso. Prefiro trabalhar em Portugal a ganhar muito menos do que em Angola. Não há condições e há muita insegurança. Não há como estar sossegado em Angola. Falta sempre alguma coisa. (E4)

Para Angola? Nem pensar regressar! Há violência e a vida é dura. Mesmo que se ganhe mais, há muita insegurança. Lá matam, dona! Nem pensar. Eu estou a pensar quando acabar ir para outro País da Europa ou passar um tempo no Brasil ... mesmo que a haja insegurança. (E3)

Apesar de sonharem com o seu País de origem, sentirem saudades, alguns dos nossos entrevistados afirmam que não pretendem regressar.

Tenho saudades de tudo. Mas a família vem. O que sinto mais saudades é da praia e do calor. Mas não quero regressar. Não quero. (E3)

Tenho saudades? Sim. Sinto falta do meu kalulu<sup>10</sup>, da minha moambada<sup>11</sup> aos fins-de-semana, do Mussulo, da malta da banda...mas... sabe as coisas são difíceis em Angola. Vida dura, complicada. Depois de estarmos num sitio onde podes apanhar um autocarro, onde há sempre água, onde não andas aos pontapés ao lixo... não... e a insegurança? Não, não. (E6)

Entre os motivos apontados para o não retorno encontram-se o da não identificação com as dificuldades que se vivem no País, nomeadamente a falta do saneamento básico, infraestruturas, trânsito condicionado.

Aqui ganha-se pouco mas dá para comer e há hospitais e isso. (E3)

Não há como estar sossegado em Angola. Falta sempre alguma coisa. Falta a água, a luz,... E ainda há a “maka” da saúde. (E4)

Aprendi muito, mudei de hábitos. Viver noutra País fez-me crescer. (E5)

---

<sup>10</sup> Peixe com óleo de palma, acompanhado com funge de bombó (farinha de mandioca batida com água) ou funge de milho (farinha de milho batida com água)

<sup>11</sup> Moambada – comida tradicional angolana que consiste, geralmente, em estufar galinha com muamba (resultante do dendém). Normalmente é acompanhada com funge de bombó ou de milho.

Os estudantes Angolanos entrevistados reconhecem que há um grande esforço político para que a qualidade do ensino superior melhore, mas também referem que esse esforço precisa de alavancar meios económicos que, neste período que o mundo atravessa, não são fáceis de conseguir.

Agora há várias Universidades Privadas, pelo menos em Luanda. O executivo tem-se esforçado. Há sempre novas normas para o Ensino Superior. Mas... falta o melhor... falta o dinheiro ... risos ... (E1)

A oferta formativa? Não... não. Agora há muitos cursos e isso. O Governo tem feito coisas. Mas falta muito. Precisam de gastar, investir... não... eu queria era sair de lá. (E3)

Em Angola tem havido muitos avanços, mas sabe... nos últimos anos a economia não tem andado bem. Não chegam as leis, é preciso dinheiro para as por em prática, e... dinheiro... (E4)

O Governo precisa de gastar muito dinheiro. Tem de ter bons professores, professores que só “deiam” aulas, tem de ter salas de aulas equipadas. Tem de investir na internet, nos laboratórios...olhe ...num bar para os alunos, numa biblioteca a sério,... (E6)

Estas ideias vêm corroborar as teses de Nguvula (2015) que realça que a precariedade dos contratos de trabalho dos professores colaboradores são um entrave importante para a qualidade do ensino.

Os Professores em Angola não são mesmo Professores. Eles têm uma profissão e dão umas aulas para fazer um “bico”. Não estão numa Universidade, saltam de uma para outra e não sabem preparar as suas aulas. (E5).

Em Angola há muitas dificuldades. Os professores não ganham bem. Ser professor quase não é profissão. Os professores são como “biscateiros”. Ensinar é um “bico” para aumentar o salário. A maioria não é mesmo professor. Agora já se começa a olhar para o ensino com mais cuidado. Mas, penso que vai levar muito tempo até conseguirem. O Governo já fala em carreira, mas o que os professores ganham... (risos)... então fazem “micha”. (E6).

As afirmações dos nossos entrevistados corroboram as ideias de Liberato (2019), Carvalho (2012), Domingos, Costa & Oliveira (2020) não só relativamente à importância, para a qualidade do ensino, de um corpo docente estável e motivado, como também para a existência de visíveis transformações qualitativas e quantitativas no Ensino Superior Angolano, apesar destas transformações não serem ainda as desejadas.

Os entrevistados mais jovens (E1 e E2) afirmam que aspiram a regressar a Angola após término da formação, enquanto os restantes referem a insegurança, as condições de vida para a sua preferência em ficar a viver e trabalhar em Portugal.

## **V - CONCLUSÕES**

O ensino superior tem vindo a ser um meio de conexão entre pessoas e o conhecimento. A atual vivência globalizada possibilita a rápida e intensa circulação de pessoas, mas também obriga à sua constante atualização e qualificação.

A internacionalização do ensino assume-se, neste contexto, importante é um meio privilegiado para o contacto de culturas e de identidades. Outrossim, esta permanente interação promove a construção das atuais sociedades multiculturais.

Definimos com pergunta de partida para a investigação: Que motivações têm os estudantes angolanos para estudarem em Portugal, que opiniões têm sobre o Ensino Superior Angolano e quais as suas expectativas para o futuro?

Na procura da resposta para a nossa pergunta iniciámos por *analisar que motivações têm os estudantes angolanos para virem estudar para Portugal*. Percebemos que as motivações que levam os estudantes entrevistados a vir para Portugal prendem-se com questões de prestígio, que acreditam ter quando fazem a sua formação fora de Angola, o que lhes parece ser favorável para conseguirem ter um futuro profissional e social economicamente mais estável. Acreditam que a sua formação em Portugal lhes dará as ferramentas necessárias para que possam ter um percurso profissional de sucesso.

A sua escolha por Portugal deve-se à existência de uma rede de suporte, composta por familiares e amigos e que a língua é fator que contribui para a escolha do País.

Também são apontados fatores históricos e a sua identificação com Portugal, entendendo o País como uma segunda casa, para onde se vai quando as coisas correm mal no País de origem.

Estes estudantes Angolanos referem as dificuldades económicas que sentem em Portugal, mas também em como as conseguem ultrapassar através do emprego precário, contrariamente ao que acontece em Angola.

Relativamente às *perceções dos estudantes Angolanos em Portugal sobre o Ensino Superior Angolano*, percebemos que os estudantes Angolanos entrevistados consideram que o ensino superior Angolano tem muitas lacunas, no que concerne à qualidade pedagógica e científica dos docentes, falta de

infraestruturas, como laboratórios e salas devidamente apetrechadas. Comparam o ensino superior Angolano com o ensino Português.

Referem a falta de fiabilidade dos meios de comunicação – a internet, e a escassez de recursos económicos necessários para que as pretensões e políticas do Governo, para o Ensino Superior, possam realmente implementadas.

Reconhecem o esforço e o investimento por parte do Governo no ensino superior e que a qualidade, quantidade e a oferta formativa têm vindo a aumentar. Contudo, na opinião deles, este esforço não está a cumprir os seus objetivos, pois na carece da existência de formação adequada dos professores, bem como da implementação de regras construtoras de uma carreira profissional digna. Realçam a necessidade de uma aposta no Ensino mais contundente para que possa a qualidade do Ensino Angolano, no geral; ser equiparada aos países europeus.

Estes estudantes reconhecem a existência de vontade política para que o ensino superior em Angola tenha a garantia de qualidade, porém salientam a necessidade de alavancar recursos económicos, que são escassos, e que são um entrave para a concretização da vontade política.

Concernente às *expectativas dos estudantes Angolanos quando concluírem a sua formação em Portugal*, percebemos que alguns estudantes Angolanos entrevistados não pretendem regressar após a sua formação, pois consideram que já não se habituariam ao modo de vida em Angola, nem às dificuldades sociais e à falta de infraestruturas do País. Verifica-se que no grupo dos entrevistados há diferenciação influenciada pelo tempo de permanência em Portugal: os estudantes que estão há mais tempo em Portugal referem não querer regressar, enquanto os mais jovens e há menos tempo, mantêm a ideia de regressar ao País de origem porque acreditam que vão poder retirar vantagens da sua formação e ter acesso a um emprego que lhe garanta um bom salário e promoção social.

Os estudantes apontam a dificuldade de se readaptar ao modo de viver em Angola e às dificuldades económico-sociais que se vivem no País. Apontam as deficiências das infraestruturas básicas – água, saneamento e rede elétrica, como

um fator que os desanima. A insegurança que se vive no País, os assaltos e o trânsito caótico também são apontados como fatores desfavoráveis para além das dificuldades do acesso à saúde.

No decorrer da nossa investigação deparamo-nos com algumas limitações. Uma das limitações prendeu-se com a necessidade de mudar o tema inicialmente pensado e cuja investigação decorreria em Angola, por ser esse o espaço onde o investigador estaria. O fechamento social provocado pelas regras que o Estado Angolano decretou na sua luta contra o COVID-19, colocaram muitos entraves à realização da investigação e precipitaram o regresso a Portugal do investigador, em conjunto com questões de saúde, obrigando à mudança de trabalho empírico e à necessidade de readaptar o levantamento teórico e sua leitura para que esta pesquisa se concretizasse.

Em Portugal, agravaram-se os efeitos da pandemia provocada pelo COVID-19 tendo o Estado Português declarado o estado de emergência e regras de confinamento social. Assim, apesar de termos adaptado o tema e refeito o projeto de investigação, também não nos foi possível fazer as nossas entrevistas fisicamente e recorremos ao *WhatsApp* para o efeito.

No nosso entender, teria sido vantajoso se as entrevistas fossem presenciais, pois acabaram por se tornar mais impessoais e os entrevistados, conseqüentemente, menos expansivos.

Outra limitação foi a de que inicialmente os estudantes tinham algum temor em transmitir uma ideia negativa do seu País. Assim, sentimos necessidade de falar duas vezes com eles, para que fossem mais expressivos.

Apesar das limitações, sem querermos parecer ambiciosos, esta investigação poderia servir para abrir a porta para estudos futuros e apoiar o Governo de Angola no sentido de fornecer um olhar dos principais intervenientes no processo de aprendizagem – os estudantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, E. da P. (2015). Estudantes internacionais no ensino superior português: motivações, expectativas, acolhimento e desempenho. Teses, 46. ISBN 978-989-685-074-6.
- A3ES (2012). Glossário. Consultado a 9 de dezembro de 2019. Disponível em [http://www.a3es.pt/sites/default/files/Glossario\\_A3ES.pdf](http://www.a3es.pt/sites/default/files/Glossario_A3ES.pdf).
- Amado, J. (2014). Manual de investigação qualitativa em educação. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- André, A.M.C. (2016). Avaliação da qualidade em instituições de ensino superior públicas angolanas. [tese de doutoramento]. Universidade de Aveiro. Consultado a 2 de janeiro de 2021. Disponível em: [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16995/1/VersaoFinal\\_09Out16%20%281%29.pdf](https://ria.ua.pt/bitstream/10773/16995/1/VersaoFinal_09Out16%20%281%29.pdf).
- ANGOP (2012, set.). Discurso de Investidura do Presidente José Eduardo dos Santos. Consultado a 12 de fevereiro 2020. Disponível em [http://www.angop.ao/Angola/pt\\_pt/noticias/politica/2012/8/39/Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-Santos-sua-investidura-como-Presidente-Republica,47b2648b-1c5e-4011-987d-228c0910b026.html](http://www.angop.ao/Angola/pt_pt/noticias/politica/2012/8/39/Integra-discurso-Jose-Eduardo-dos-Santos-sua-investidura-como-Presidente-Republica,47b2648b-1c5e-4011-987d-228c0910b026.html).
- ANGOP, (2013, Outubro 15), Discurso de José Eduardo dos Santos, sobre o estado da Nação. Consultado a 23 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao>.
- ANGOP, (2014, fev.). *Discurso de Manuel Vicente, na cerimónia de abertura do ano lectivo 2014 no ensino superior*. Consultado a 23 de fevereiro de 2020. Disponível em <http://www.portalangop.co.ao>.
- Bardin, L. (1995). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, A.; Costa, A. B. da (2013). *II Coopedu – África e o Mundo (Livro de Atas)*. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos e

- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria. ISBN: 978-989-97836-5-2.
- Beulair, J. (2006). *Para Entender Psicopedagogia: perspectivas actuais, desafios futuros*. Ed. Wak, RJ.
- Bertolin, J. C. G. (2007) *Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização – período 1994-2003*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Bertolin, J. (2009). Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*. 14. 10.1590/S1414-40772009000100007.
- Breakwell, C., Hammond, S., Fife-Schaw, C., & Smith, J. (2010). *Métodos de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- Buza, A. G. (2008) – Educação para a sustentabilidade. In. Anais da Primeira Conferência Nacional das Ciências da Educação. UAN. Luanda.
- Canga, J. L. (2017). Qualidade do ensino superior em países periféricos diante dos apelos da globalização - o caso da República de Angola. Consultado a 4 de maio de 2020. Disponível em: [https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/21-JCanga\\_ABuza\\_Qualidade-do-Ensino-Superior.pdf](https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/21-JCanga_ABuza_Qualidade-do-Ensino-Superior.pdf).
- Carmo, F; Ferreira , M.M. (2008). Metodologia da investigação. Guia para a auto-aprendizagem (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Universidade Aberta. ISBN: 978-972-674-512-9.
- Carvalho, P. de. (jun.; 2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola, *Revista Angolana de Sociologia*, 9, 51-68.
- Castells, Manuel (2000), A sociedade em Rede, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Chipuca, L. (2020). Análise da motivação como catalisador da satisfação e do desempenho profissional dos docentes de Benguela/Angola. *Gestão E Desenvolvimento*, (28), 229-272. <https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2020.9472>.
- Cohen, L.; Manion, L. (1980). *Research methods in education*. Universidade de Michigam: Croom Helm. ISBN 085664917197,80856649172.
- Decreto nº 2/09, de 29 de abril. Diário da República, I série, Nº 70 – aprova o estatuto orgânico da Secretaria de Estado para o Ensino Superior.
- Decreto nº 5/09, 7 de abril de 2009. Cria as regiões académicas que delimitam o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de ensino superior. Diário da República, n. 64, abr. 2009a. Série 1
- Dec. Lei nº 90/09, 15 de dezembro - Estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de Ensino Superior - Diário da República, I série, Nº 237. Luanda: Imprensa Nacional.
- Decreto Presidencial nº 168/2013, de 28 de Outubro. Diário da República nº 207/2013 - I Série. Aprova o estatuto orgânico do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo. INAGBE. Luanda.
- Decreto Presidencial nº 165/14. 19 de Junho. Diário da República nº116/2014 - I Série. Aprova o regulamento das bolsas de estudo externas. Luanda.
- Decreto Presidencial nº 154/14. 13 de Junho. Diário da República nº112/2014 - I Série. Aprova o regulamento das bolsas de estudo internas. Luanda.
- Decreto Presidencial nº 174/17. 3 de Agosto. Diário da República nº131/2017 - I Série. Procede alteração do Decreto nº 154/14, visando abranger a atribuição de bolsas de estudo internas de Pós-graduação. Luanda.
- Dec. Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro - Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior - Diário da República — I serie-a, N.º 37. Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior – Lisboa.

Diretiva n.º2004/114/CE, de 13 de dezembro , “ a lei da imigração”.

Delors, J. (1998). Educação: um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez.

Dias Sobrinho, José (2005). Dilemas da educação superior no mundo globalizado: Sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Dias Sobrinho, J. (2012). Avaliação da educação superior: conflitos e paradigmas. In: II Conferência do Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, *II Conferência FORGES*, Macau, 2012, p. 1-14.

Domingos, R., Costa, N., & Oliveira, D. (2020). Qualificação acadêmica e profissional dos docentes do ensino superior em Angola: instrumento de análise e sua validação. *Revista Internacional De Educação Superior*, 7, e021020. <https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8659031>.

Faria, M.L. (2009, jan./abr.). Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante Angolano em universidades portuguesas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 45-63.77

Faria, M.L. (2011). Diásporas Académicas: Estudantes Angolanos no Ensino Superior Português. X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Consultado em 29 de julho de 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6329>

Faria, M. (2012) “Investimento em capital escolar e processos históricos de mudança social: três gerações de estudantes Angolanos em Portugal”, In M. Antónia Barreto e Ana Bénard da Costa (orgs.), *II COOPEDU: África e o Mundo (Livro de Atas)*, Lisboa, ISCTE-IUL/ CEA/ ESECS-IPL.

Ferreira, M.J. da S.M. (2005). *Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social*. *Cadernos de Estudos Africanos [Online]*, 7/8 | 2005, posto online no dia 17 Setembro 2013. Recuperado a 31 de outubro de 2020. DOI : 10.4000/cea.1070.

- Filstead, W. J (1986). Una experiencia necesaria en la investigación evaluativa. ( Pág. 59 – 77) In Cook, D., Reichardt CH. S. Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa, 1ª ed. Madrid: Edições Morata, S.L. , ISBN 84-7112-310-X.
- Fonseca, M., Esteves, A. & Iorio, J. (2015). Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. In: Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no Início do Século XXI, Edition: 2015, Chapter: Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior, Publisher: Editora Mundos Sociais, Editores: João Peixoto, Beatriz Padilla, José Carlos Marques, Pedro Góis, pp.135-158
- Green, D. Ed.(1994). What Is Quality in Higher Education? *Society for Research into Higher Education*, Ltd., London (England). ISBN-0-335-15740-8.
- Guerreiro, C. (2015). A internacionalização do ensino superior português as razões, as estratégias e os desafios. Mestrado em Gestão e Internacionalização de Empresas E.S.T.G.F. Felgueiras. Consultado a 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/47142783.pdf>
- Honneth, A. (2003). Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34.
- Ianni, O. (1999). *A era do globalismo*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- INAGBE. (2017). Sistema de gestão e controle dos estudantes bolseiros internos e externos do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo.
- Jodelet, D.. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.
- Kandingi, A.. (2013). *O Ensino Superior Privado em Angola: sua evolução – 1992/2007*. Luanda: Riangularte.
- Kandingui, A.. (2016). *Expansão do ensino superior em Angola. Um estudo sobre impacte das instituições de ensino superior privado*. [tese de doutoramento]. Consultado a 2 de abril de 2020. Disponível em:

[https://run.unl.pt/bitstream/10362/19054/1/Adelina\\_V.F.Def.\\_Tese\\_16Junho\\_%202016.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/19054/1/Adelina_V.F.Def._Tese_16Junho_%202016.pdf).

- Katúmua, M.B.. (2016). *O ensino superior Angolano: Políticas, Modelos de Governança e Públicos (Estudo na Província de Benguela)*. [tese de doutoramento]. Lisboa: ISCTE-IUL. Consultada a 4 de abril de 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/14471>.
- Knight, J.. (2012). Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. *Research in Comparative and International Education*, Oxford, n. 7, v. 1.
- Liberato, E.. (2012). A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes Angolanos em Portugal e no Brasil. *Cadernos de Estudos Africanos*, 23, p. 109-130.
- Liberato, E.. (2012a). Educação avançada e desenvolvimento. Formação de estudantes Angolanos em Portugal. In Costa, A.B. da; Faria, M. L.de (Org.).(2012). *Formação Superior e Desenvolvimento. Estudantes universitários africanos em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Liberato, E.. (2014). Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, 19(59), 1003-1031. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000900010>.
- Liberato, E..(2017). The new Angolan man. The Building of a concept. International Conference *Angola: the legaces of the past, the challenges of the presente*. Universidade de Lisboa, 14-15 de novembro.
- Liberato, E. . (2019). Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola. *Revista TransVersos*, 0(15), 64-84. Consultado a 3 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2019.42034>.
- Lima, M. do S. C.. (2016) *Mobilidade Internacional na Educação Superior em Países de Língua Portuguesa – Análise preliminar sobre a política de mobilidade internacional no âmbito da Universidade Federal do Pará – Brasil*. Consultado a 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/24-Maria-do-Socorro-Lima-Mobilidade-Internacional-na-Educacao-Superior.pdf>.

- Marconi, M. A., Lakatos, E. M.. Metodologia Científica. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEC – Ministério da Educação e da Cultura. (2001): *Estratégia Integrada para a melhoria do Sistema de educação 2001-2015*. Luanda: MEC.
- ME-GEPE. (2005). *Número de alunos matriculados em cada nível de ensino, 1972/73-2005*, Luanda.
- MEP – Ministério Economia e Planeamento (2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, Vol. I. Luanda: MEP.
- MESAGFN.. (2012). Os desafios da gestão e da qualidade do ensino superior em Angola. Ministro do Ensino Superior Adão G.F. do Nascimento. Discurso efetuado no âmbito das XVII Jornadas Científico-Pedagógicas do ISCED da Huíla, ISCED da Huíla, Lubango.
- Mills, C. W.. (1981). *A elite do poder*. 4.<sup>a</sup> edição, tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Minayo, M.C. S. (1994). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: Guarechi, P. A. e Jovchelovitch, S. *Textos em representações Sociais*. Petrópolis - RJ: Vozes-
- Morais, E.M.R.. (2018). *Vozes dissonantes: ação política, identidades e ideologia numa era global*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- Morosini, M.C.. (2001). *Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade*. (Botucatu) vol.5 n.9 Botucatu Aug.2001. Consultado a 25 de maio de 2020. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832001000200006>.
- Morosini, M.C.. (2009, maio/ago). Qualidade na educação superior: tendências do século. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, pág. 165 – 186. Consultado a 3 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1487/1487.pdf>
- Nascimento, A.. (2014). Estrato da entrevista exclusiva à Angop do Ministro do Ensino Superior, no dia 10 de Novembro de 2014 [*on line*]. Portal de Angola.

[www.portaldeAngola.com/2014/11/ministro-destaca-accao-das-universidades-privadas-na-formacao-de-quadros/](http://www.portaldeAngola.com/2014/11/ministro-destaca-accao-das-universidades-privadas-na-formacao-de-quadros/).

Nascimento, L.. (1978). Abertura do ano académico 1978-79. In *MPLA (1978) Boletim do Militante*, Ano II, n.º 20, maio de 1978, 27-28.

Neto, Manuel Brito. (2005), *História e educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA)*, Tese de Doutoramento em Educação, Campinas, na Universidade de Campinas. Consultado a 4 de abril de 2020. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252396/1/BritoNeto\\_Manuel\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252396/1/BritoNeto_Manuel_D.pdf)

Nguluve, A. K.. (2006). *Política educacional Angolana (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas*. São Paulo: Universidade de São Paulo – FEUSP, [dissertação de mestrado]. Consultado a 4 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062007-115100/publico/DissertacaoAlbertoKapitangoNguluve.pdf>.

Nguluve, A. K..(2015). Conhecimento, mercado e lucro: a precarização do trabalho docente universitário em angola. *Cabo dos Trabalhos*, n. 11. Consultado a 15 de janeiro de 2021. Disponível em: [https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n11/documentos/01-Alberto\\_Nguluve.pdf](https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n11/documentos/01-Alberto_Nguluve.pdf)

OECD Observer. (2004). *Policy Brief – Internationalisation of higher education*. Consultado a de abril de 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/education/educationeconomyandsociety/33734276.pdf>.

Patatas, T.A. (2017). A Formação de Professores Universitários na persecução do desenvolvimento angolano. Fórum da gestão do ensino superior nos países e regiões de língua portuguesa. Disponível em: [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/01/Teresa\\_Patatas-1.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/01/Teresa_Patatas-1.pdf).

Pessoa, I.. (2004) Estudantes do Espaço Lusófono nas Universidades Portuguesas. *Janus Espaço online de relações exteriores*. Consultado a 8 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://www.janusonline.pt>>.

- Pimenta, F.. (2008). *Angola: Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento.
- PNFQ (2013). Relatório conjunto do Plano Nacional de Formação de Quadros. Angola, Luanda.
- Santos, M.. (1970) *História do Ensino em Angola*. Angola: Edição dos Serviços de Educação.
- Santos, F. S.; Filho, N. A.. (2012). *A quarta missão da Universidade*. Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra.
- Saraiva, M.; Reis, E; Roldão, V..(2006). Conceituar a Qualidade de Ensino: uma aplicação prática no ISCTE e na Universidade de Évora. *Economia e Sociologia*, 81, Évora, p. 63-79.
- Schneider, M. P.; Rostirola, C. R.. (2015, set./dez.). Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. *RBPAE* - v. 31, n. 3, p. 493 - 510.
- Silva, A. C. R.. *Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008
- Silva, E. A.. (2016). *Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, Tendências e desafios rumo à qualidade*. Luanda: Mayamba.
- Silva, E.A.A.. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária. Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*. [Tese de Doutoramento em Educação] Braga, Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Soares, A.C. . (2002). Levar a escola à sanzala – Plano de ensino primário rural em Angola (1961-62). *Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ano IV, n. 10, 11 e 12, p. 133-164.
- Soares, A.C. . (2004). Universidade em Angola: a sua criação em 1962. *Episteme*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ano V, n. 13-14, p. 57-69.

- Stallivieri, L.. (2017). Compreendendo a internacionalização da educação superior. *Revista de EDUCAÇÃO do Cogeime*. 26. 15. 10.15599/0104-4834/cogeime.v26n50p15-36.
- Teichler, U.. (2004). The changing debate on internationalisation of higher education, *Higher Education*, (Online) 48 (1). Consultado a 14 de março de 2020. Disponível em <http://link.springer.com/article/10.1023/B:HIGH.0000033771.69078.41>.
- UAN – Universidade Agostinho Neto. Consultado a 11 de maio de 20121. História. Disponível em: <https://uan.ao/historia/>
- UNESCO, (2001). Los países de América Latina y el Caribe adoptan la declaración de Cochabamba sobre educación.” In: *Anais da oficina de informacion pública para América Latina y Caribe*. Consultado a 12 de dezembro de 2019. Disponível em: [www.iesalc.org](http://www.iesalc.org).
- UNESCO, (2005). Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Brasília: UNESCO.
- Zau, Filipe. (2002). *Trilhos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Morosini, M. C. (2009). A qualidade na educação superior: tendências do século XXI. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

## **ANEXOS**



Anexo 1 - Linhas mestras de 2005 - (Lei 13/01, de 31 de dezembro/ Resolução nº4/07, de 2 de fevereiro)

<b>Linha Mestra</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Qualidade</b>	<b>ENSINO/</b>	<b>Atualização</b>	<b>Investigação</b>	<b>Gestão</b>	<b>Base jurídico- Institucional</b>	<b>Apoio comunidade</b>
<b>A</b>	Promover uma visão de desenvolvimento do subsistema do ensino superior assente na noção abrangente e funcional de "escola" de forma a encorajar os principais atores a todos os níveis de gestão a se implicarem na promoção da qualidade nas instituições de Ensino Superior		X				X		
<b>B</b>	Adequar o Estatuto orgânico do Ministério da Educação por forma a reforçar a sua ação numa visão integrada de administração do Sistema de Educação e a habilitar tanto os serviços já existentes como os novos,							X	
<b>C</b>	Remeter para os serviços centrais do Ministério da Educação algumas competências ministeriais até aqui exercidas pela Reitoria da Universidade Agostinho Neto							X	
<b>D</b>	Regulamentar a legislação específica já existente sobre o Ensino Superior de forma a assegurar com eficácia o papel reitor do Ministério da Educação enquanto órgão de tutela das instituições de Ensino Superior assegurar com eficácia o papel reitor do Ministério da Educação enquanto órgão de tutela das instituições de Ensino Superior							X	
<b>E</b>	Institucionalizar as condições para a imposição de limites às greves que atentam aos direitos legalmente reconhecidos de outros intervenientes no desenvolvimento das Instituições do Ensino Superior bem como aos interesses superiores do Estado							X	
<b>F</b>	Produzir, com base no quadro teórico atrás apresentado e nas lições tiradas até aqui da gestão de instituições do Ensino Superior público e privado, uma nova legislação que facilite o desenvolvimento sustentado do Subsistema do Ensino Superior em harmonia com o desenvolvimento dos demais Subsistemas de ensino							X	
<b>G</b>	Clarificar as competências dos diferentes intervenientes na gestão do Subsistema do Ensino Superior e, nesta base, promover uma melhor articulação das ações no quadro de uma visão de desenvolvimento sustentado do Sistema de Educação no seu todo						X	X	
<b>H</b>	Adotar plataformas que visem o enquadramento das parcerias em prol do desenvolvimento do Ensino Superior, sejam estas parcerias estabelecidas com entidades singulares ou coletivas, estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, instituições de ensino ou não						X	X	

<b>I</b>	Adotar um quadro de expansão do Ensino Superior a nível nacional que, sirva para absorver toda a iniciativa de abertura de novas instituições de Ensino Superior, seja qual for a natureza (estatal ou privada) ou a origem (nacional ou estrangeira) da mesma, sendo para tal importante considerar os instrumentos de planeamento					X	X	
<b>J</b>	Instituir a aprovação regular, pelo Ministério da Educação, do plano de desenvolvimento de cada instituição de Ensino Superior					X	X	
<b>K</b>	Redimensionar a Universidade Agostinho Neto de maneira a conformá-la ao estipulado na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de Dezembro de 2001)		X			X	X	
<b>L</b>	Definir a situação legal de cada instituição do Ensino Superior bem como de cada uma das suas unidades orgânicas e de cada um dos seus cursos, após avaliação criteriosa do seu funcionamento e da sua pertinência tendo em conta o contexto de desenvolvimento nacional	X						
<b>M</b>	Adotar um sistema sancionatório que tenha em conta a gravidade das transgressões cometidas pelos atores do Subsistema do Ensino Superior					X	X	
<b>N</b>	Adotar um sistema criterioso de financiamento que favoreça, por um lado, o desenvolvimento das instituições do Ensino Superior já existentes e, por outro, a criação de novas instituições do Ensino Superior					X		
<b>O</b>	Adotar normas curriculares e pedagógicas de forma a assegurar a eficiência, a pertinência e a relevância da formação a ser oferecida por cada instituição de ensino e promover a busca permanente do sucesso, da excelência, do mérito e da qualidade		X	X				
<b>P</b>	Adotar um sistema de dotação de recursos materiais como bibliografia, laboratórios e outros meios de ensino e equipamentos de forma a apoiar a aplicação dos currículos estabelecidos, a prática do ensino, da investigação científica e da produção de alguns serviços		X	X	X	X		
<b>Q</b>	Adotar medidas que visem melhorar a articulação entre os diferentes Subsistemas de ensino nomeadamente nos domínios dos currículos, da organização e gestão, da investigação científica, das práticas metodológicas, etc.		X	X	X			
<b>R</b>	Adotar medidas que visem a promoção de parcerias entre instituições do Ensino Superior e o mercado do emprego e demais instituições da sociedade, por forma a promover a qualidade dos currículos e da prática do ensino, da investigação científica e da produção de alguns serviços	X	X	X	X	X		
<b>S</b>	Adotar medidas que visem a promoção das condições de trabalho, particularmente da condição salarial dos docentes		X			X		

<b>T</b>	Adotar uma estratégia de fortalecimento do corpo docente para o Ensino que vise a melhoria da qualificação pedagógica e acadêmica assim como a gestão da carreira Superior		X	X		X		
<b>U</b>	Adotar uma estratégia de formação de especialistas nos domínios da planificação da educação, da estatística da educação, da economia da educação, do desenvolvimento curricular, da medida e avaliação das aprendizagens, da avaliação de sistemas educativos, das metodologias de ensino, das metodologias qualitativa e quantitativa de pesquisa científica	X		X	X	X		
<b>V</b>	Adotar e aplicar com o rigor necessário uma estratégia de formação de quadros e técnicos no exterior		X	X				
<b>W</b>	Adotar mecanismos permanentes de monitorização e inspeção do Subsistema do Ensino Superior assentem na recolha e tratamento de informações a partir das instituições de ensino, promovendo a busca permanente do sucesso, da excelência, do mérito e da qualidade		X					
<b>X</b>	Adotar um sistema de avaliação (interna e externa) da qualidade das instituições do Ensino Superior articulada com sistemas específicos de avaliação da qualidade de cada instituição de ensino	X	X					
<b>Y</b>	Adotar uma estratégia de apoio social aos estudantes visando promover a igualdade de oportunidades e de sucesso escolar, tendo como beneficiários privilegiados os mais carentes, os mais vulneráveis e os não residentes							X
<b>Z</b>	Instituir um sistema de prestação de serviço nacional obrigatório por todo o diplomado do Ensino Superior público, que seja igualmente extensivo a todo o beneficiário de uma formação superior no exterior à expensas do Estado e, em alguns casos, a diplomados do Ensino Superior privado, priorizando as regiões mais necessitadas do País.		X			X		

## Anexo II – Guião da entrevista

**Entrevistado(s):** Estudantes do Ensino Superior Angolanos em Portugal

Antes de iniciar a entrevista o entrevistado será informado dos objetivos do trabalho de investigação e da entrevista, será garantido o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas, será solicitada autorização para gravar a entrevista em áudio e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos.

### Guião da entrevista

<b>Questões de Investigação:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quais são as expectativas dos estudantes Angolanos em Portugal sobre o ensino superior Angolano e o que esperam que aconteça quando terminarem?</li> <li>• O que motiva os estudantes Angolanos do ensino superior a vir estudar para Portugal ainda que sobrecarregando financeiramente as suas famílias?</li> </ul>		
<b>Duração:</b> 45 minutos	<b>Local:</b> Local e hora a acordar	<b>Entrevistado:</b> xxxxx (nome fictício), Estudantes da Universidade/Instituto xxxxx, Curso xxxx
<b>Categoria</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Questões</b>
<b>A</b> (Identificar/ Caraterizar o entrevistado)	Identificar/caraterizar o entrevistado.  Pedir autorização para gravar a entrevista em áudio.  Pedir autorização para publicar (integral ou em parte) os dados recolhidos na entrevista.	1. Idade? Naturalidade?  2. Instituição que frequenta?  3. Ano e Curso que frequenta?  4. Tem familiares em Portugal?
<b>B</b> (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)	Perceber as motivações dos estudantes Angolanos do ensino Superior para estudarem fora do seu País.	1. Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?  2. Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?  3. Quem/o quê considera que tem influência nas suas escolhas?

		<p>(família? Amigos? Professores)</p> <p>4. Que razões o levaram a não estudar em Angola? (falta de oferta formativa? A qualidade do Ensino? A ideia de prestígio da formação externa?)</p> <p>5. Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)</p>
<p><b>- C -</b> <b>(Perceções sobre o Ensino Superior em Angola e em Portugal)</b></p>	<p>Conhecer as perceções dos estudantes Angolanos sobre ensino superior em Angola e o que pensam do ensino superior em Portugal</p>	<p>1. O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?</p> <p>2. Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?</p> <p>3. Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?</p>
<p><b>- D -</b> <b>(Aspirações e expectativas)</b></p>	<p>Conhecer expectativas e aspirações dos estudantes Angolanos do ensino superior em Portugal</p>	<p>1. Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?</p> <p>2. Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?</p> <p>3. Que motivações estão subjacentes a essa decisão?</p> <p>4. Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?</p> <p>5. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?</p> <p>6. A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?</p> <p>7. Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?</p> <p>8. O que pretende/pensa fazer após o término do curso?</p>

## Anexo III – Transcrição das entrevistas

### Entrevistado E1

#### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E1))**

**EU** – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E1** – *Boa tarde. Participo com gosto.*

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E1** - *Nasci em Luanda e tenho 19 anos.*

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E1** – *Eu estudo numa Privada, na Lusíada em Gestão dos Recursos Humanos. Estou no primeiro ano, ainda (risos)*

EU – Tem familiares em Portugal?

**E1** – *Agora já não. Antes tinha a minha prima e uma tia. Mas já foram para Angola. Está difícil mandar dinheiro e elas foram. A minha prima foi estudar para lá.*

#### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E1** - *Nunca reprovei e estudei sempre na EPL, a escola portuguesa. Foi bom e acho que não estava mal preparada.*

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E1** – *Muitos sonhos, muitas fantasias. Eu quero trabalhar numa empresa grande, como a Sonangol. Mas acredito que esses sonhos podem ser verdade.*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E1** – *Os meus familiares sempre me incentivaram para vir fazer a minha formação em Portugal. Foi por isso também que estudei sempre na EPL. Na escolha da Universidade foram os amigos, porque tive outros colegas que também vieram para lá. No curso foi mesmo escolha minha.*

**Os meus pais ainda hesitaram por causa do dinheiro. Mas, tenho conseguido porque arranjei trabalho aos fins-de-semana, na telepiza. Assim, sempre dá para as despesas. Ainda tentei arranjar uma bolsa da Sonangol, mas não consegui.**

EU - Que razões o levaram a não estudar em Angola? (falta de oferta formativa? A qualidade do Ensino? A ideia de prestígio da formação externa?)

**E1 – Foi a má reputação do ensino e de todos dizerem que não tem qualidade e que todos passam, que há facilidades. Também a oferta formativa. Já há algumas privadas com este curso mas não ouvia dizer que não eram bons. E estudar fora é outra coisa. Quando se estuda fora as pessoas olham sempre de maneira diferente. E também porque queria vir para fora, porque estudar fora é diferente, da prestígio.**

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

**E1 – Olhe... na verdade eu queria ir para Londres, mas... não havia “kumbu” que chegasse... (risos)...Os meus pais não podiam e em Portugal sempre é mais barato. A língua... bem não. Não foi por isso. E a segurança ... bem eu não sei, mas não Europa é seguro, acho eu. Claro que em Portugal há muitos cursos, mas este também há em Angola, mas... aqui é melhor.**

**Mas eu também já conhecia Portugal, ou pelo menos pensava que conhecia. Mas vir de férias é uma coisa, viver cá é outra bem diferente.**

**Sabe, fica mais caro estudar em Angola que em Portugal porque aqui consigo trabalhar e estudar. Em Angola é difícil fazer isso. O estatuto de trabalhador estudante existe mas não é bem aplicado. Sabe que é obrigatório ir as aulas todas? E o trânsito lá provoca muitos atrasos e não há desculpas. É muito complicado.**

EU – Mas, em Angola não tinha acesso ao curso que está a frequentar?

**E1 – Sim. Em Angola já há muitos cursos. Agora há várias Universidades Privadas, pelo menos em Luanda. O executivo tem-se esforçado. Há sempre novas normas para o Ensino Superior. Mas... falta o melhor... falta o dinheiro ... risos ...**

### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

**E1 – Como eu já disse, acho que em Angola não tem qualidade. Há facilitismo. Os professores também não são muito bons. Ouço dizer que fazem ditados dos livros. Em Portugal há mais qualidade. Mesmo nas Universidades Privadas. Ninguém nos conhece. Se não sabemos... chumbamos e pronto. E há muita escolha. Há imensos cursos. Pode-se escolher. E em Portugal as Universidades têm condições, laboratórios e salas boas. Em Angola... (risos)... uma vez fui com uma amiga à Universidade dela e não havia nem água, quanto mais um bar .... e com garantia. Lá não podes beber água assim de um lado qualquer. Falta tudo nas Universidades. O Governo também não respeita os professores, eles não são professores de verdade, estão lá só a fazer o lugar do professor, mas têm outros trabalhos. Os professores em Angola escrevem pouco. Pode haver alguns que investigam e isso,**

**mas a maioria não. A maioria dita o que está nos livros ou pior vai à net e copia alguma coisa que esteja lá e depois diz que é a aula dele.**

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?  
**E1 – Por enquanto estou a gostar.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E1 – Eu acho que quando acabar vou estar capacitada para desempenhar uma profissão ligada aos recursos humanos. Acho mesmo que me vai permitir ter uma vida melhor.**

#### **- D - (Aspirações e expetativas )**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E1 – Por minha iniciativa. Fui eu que escolhi.**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E1 – Gosto da área da contratação de pessoas. De gerir as suas carreiras. Desde sempre gostei de orientar as pessoas. Mesmo na escola, era eu quem ajudava os meus colegas a terem a sua agenda organizada e a fazerem as suas escolhas e de mediar conflitos.**

EU - Que motivações estão subjacentes a essa decisão?

**E1 – Eu quero trabalhar no Departamento de Recursos Humanos da Sonangol, em Luanda. A Sonangol é uma empresa grande, é a melhor. Tem muitos funcionários. É a grande empresa na área dos petróleos de Angola.**

EU - Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E1 – Quero ser reconhecida. Quero ter uma boa vida e ganhar o meu dinheiro. Quero poder ter as minhas coisas, a minha família.**

EU – Quer ter as suas coisas? Que coisas?

**E1 – Coisas ... casa, carro, poder viajar, poder ter as minhas coisas sem ter de depender de ninguém.**

EU -. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?

**E1 – Quando acabar? Bem... arranjar trabalho. Eu quero trabalhar na minha área de formação. Se eu não conseguir, então vou tentar arranjar noutra área. Mas eu acho que não vai ser preciso. Angola precisa de Angolanos que tenham conhecimento e nós, os estudantes que estamos no exterior, podemos fazer essa diferença. O Governo está sempre a pedir que nós, que estamos na diáspora, regressemos. Então, eu acredito que vou ter trabalho.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

***E1 – Claro que sim. Vou ter mais prestígio por ser formada e sei que vou ganhar bem e portanto serei mais respeitada. Sim, sem dúvida. Angola tem muitas gente, mas precisa de pessoas qualificadas em todas as áreas. Em Angola é muito importante ser Dr. Não é como aqui! Quando se é Dr. fica tudo mais fácil.***

EU – Então acredita que basta ter uma licenciatura para que, socialmente, seja reconhecida e respeitada?

***E1 – Sim. É isso mesmo! Quando não se tem estudos é muito mais complicado e olham para ti, assim ... (risos)...***

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

***E1 – Sim. Qualquer um que faça a sua formação fora de Angola tem vantagens porque se fica melhor formado e com certeza vou conseguir um lugar de direção. Penso que não vou começar de baixo. Sabe que estudar fora dá estatuto ... (risos). E a verdade é que não é só banga. Estudar fora prepara melhor.***

Eu - O que pretende/pensa fazer após o término do curso?

***E1 – Quero voltar para Angola, como disse, e quero ir trabalhar para a Sonangol. Preciso de ajudar o meu País. Eu quero poder ajudar. E sei que posso fazer qualquer coisa. Vou do exterior e quem vai do exterior consegue arranjar um bom emprego ou a ir para um Ministério.***

Eu – Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

***E1 – De nada.***

## Entrevistado E2

### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E2))**

**EU** – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E2** – *Boa tarde. É um prazer participar.*

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E2**- *Sou da cidade das acácias rubras, Benguela e tenho 21 anos.*

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E2** – *Estou a tirar Direito na Universidade Lusíada. Estou no terceiro ano, mas tenho umas cadeiras atrasadas.*

EU – Tem familiares em Portugal?

**E2** – *Tenho uns tios e uma prima.*

### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E2** - *Foi bom. Estudei no Colégio Português até ao 9.ano e depois fui para a EPL.*

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E2** – *Como todos os sonhos. Quero ser juiz.*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E2** – *Foram os meus tios que estão cá. A minha tia é irmã da minha mãe e sempre falaram em eu vir estudar para Portugal. Fui para a Lusíada porque tenho outros colegas da EPL que também escolheram a Lusíada.*

EU - Que razões o levaram a não estudar em Angola? (falta de oferta formativa? A qualidade do Ensino? A ideia de prestígio da formação externa?)

**E2** – *Foi a vontade de sair de Angola. Claro que a qualidade de ensino também. Mas eu queria muito sair.*

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

**E2 – Primeiro porque tinha cá família, depois por causa da língua. É sempre mais fácil quando falamos a mesma língua. E há muitos costumes que são parecidos com os costumes Angolanos. Há muitas diferenças, mas também há muitas coisas parecidas.**

Eu – E é fácil viver em Portugal?

**E2 – Fácil? Nada, Dona! Muito difícil. O dinheiro... é difícil mandarem. Mas pronto(s)... vai dando... um bico aqui e outro ali... Quem tem família cá, como eu, apoiamo-nos uns aos outros. Sei de amigos que não concluíram, tiveram de regressar. Ficaram muito revoltados, mas não dava mesmo.**

#### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

**E2 – Em Portugal a qualidade é melhor. E acho que em Angola até já está melhor, mas ainda falta muita coisa. Como pode haver qualidade se não há condições? Veja o caso da internet. Para fazermos esta entrevista pelo WhatsApp... (risos)... podíamos, mas estaria sempre a cair. Veja, falta a luz, falta a água,... tudo isso penso também faz com que não haja tanta qualidade.**

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?

**E2 - Bom. Por enquanto bom, apesar de estar a ser difícil para mim. Muita coisa para estudar.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E2 – Todas. Este curso vai preparar-me para o que quero fazer no futuro.**

#### **- D - (Aspirações e expetativas )**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E2 – Por minha iniciativa, mas a minha família também sempre me disse que eu deveria seguir direito. E olhe... cá estou... mas porque quero, não fui obrigada. Não é como no tempo dos meus pais. Eles foram mandados para a Uniao Soviética. Coitados! Não sabiam uma palavra de russo. E lá é muito frio. O meu pai conta que quando chegou lá nem conseguia falar por causa do frio e os outros estudantes, os russos, olhavam para eles de lado. E mesmo assim, vieram de lá formados. Mas não era o curso que eles queriam. O meu pai é Economista, mas o que ele queria era ser médico, mas o Partido é que o mandou para lá. Foi quase obrigado.**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E2 – Por gosto pessoal.**

EU - Que motivações estão subjacentes a essa decisão?

**E2 – Eu quero ser juiz ou trabalhar num departamento jurídico de alguma empresa grande. Tenho de estar bem preparada, saber falar. Se ficasse em Angola não ia ter tantos conhecimentos, tenho a certeza. A minha prima estuda em Angola e ela diz**

**que nas aulas os professores se enganam, não sabem responder as perguntas dos alunos e fazem ditados! (risos)**

EU - Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E2 – Muitas. Eu quero trabalhar e ser reconhecida. Quero ganhar bem e ter uma boa vida em Angola. Quero ter a minha família, poder viajar, ter a minha casa e um bom carro... (risos)... nós os Angolanos, gostamos de carros grandes e de telemóveis de topo. Eu quero isso tudo para mim.**

EU -. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?

**E2 – Quando acabar quero ir para Angola e fazer lá o meu estágio na ordem dos advogados. Espero acabar a tempo de poder fazer a formação para juiz. Se não conseguir espero conseguir trabalhar numa empresa grande, talvez numa petrolífera ou então ir para o Governo.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

**E2 – Sim. Ser jurista em Angola ainda é reconhecido. São os Senhores Doutores. Sim, sim. Vai fazer com que me respeitem mais.**

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

**E2 – Eu penso que todos os que fazem os seus cursos fora são reconhecidos, arranjam mais facilmente trabalho e quase sempre têm cargos. Se se estudar em Londres ainda se é mais reconhecido. Mas em Portugal também.**

EU - O que pretende/pensa fazer após o término do curso?

**E2 – Pretendo voltar para Angola. A minha família está lá, os meus irmãos e os meus pais. Eu sei que em Angola há muitos problemas, mas eu quero voltar. Mesmo com a insegurança e tudo.**

**Além de que eu Angola vou conseguir trabalhar na minha área e ter um bom salário. Em Portugal... vai ser muito difícil. Há mais competição. Em Angola, posso ir para um Ministério, sei lá, até posso pensar em ser do Governo. Sim, eu quero ir para Angola quando acabar.**

EU – Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

**E2 – De nada.**

## Entrevistado E3

### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E3))**

EU – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E3 – Boa tarde.**

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E3 – Eu nasci e sempre vivi em Luanda. Tenho 24 anos.**

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E3 – Eu ando no último ano da licenciatura de Gestão do Instituto Superior de Gestão, o ISG, não sei se conhece.**

EU – Conheço sim. E, diga-me, tem familiares em Portugal?

**E3 – Não. Quando vim para cá tinha um primo. Mas foi para Inglaterra. Agora não tenho ninguém, mas vinha sempre de férias. Os meus pais também vinham sempre. Agora vão mais para o Brasil.**

### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E3 – Eu estudei num colégio privado em Angola, o Colégio Elizangela Filomena. É um colégio normal, com currículo Angolano, mas tem alguns professores que são estrangeiros.**

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E3 – Na verdade eu queria ser médico. Estou a tirar um curso muito diferente. Eu não tinha médias para a medicina. Acabei por ficar na Gestão e não estou arrependido.**

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E3 – Quem me influenciou foram os amigos e claro por vir sempre com os meus pais para Portugal de férias. Muitos amigos vieram para Portugal, então tudo isto acabou por me influenciar. Sabe Portugal é visto como uma continuidade de Angola. A Língua também ajuda muito. Em Angola, nós os jovens, sempre pensamos em vir para a Tuga. Eu sei que quando estamos na banda falamos mal e**

***dizemos muitas coisas, mas no fundo queremos mesmo é vir. Nós identificamo-nos com Portugal. É como uma segunda casa. Se as coisas correm mal em Angola... (risos)... voamos para Portugal.***

EU - Que razões o levaram a não estudar em Angola? (falta de oferta formativa? A qualidade do Ensino? A ideia de prestígio da formação externa?)

***E3 – (risos) A verdade, a verdade é que eu queria era sair de Angola. Sabe a vida em Angola não é para todos. Ou se tem dinheiro, e muito, ou então as oportunidades são poucas. A vida é difícil. Há muito trânsito, muito lixo, muita gente na rua. Sabe que ainda há muitas pessoas que têm fome. Mesmo nos , às vezes , não tínhamos aquelas coisas que aqui é mais fácil. Sei lá... comer uma piza ... (risos).***

***A oferta formativa?... Não... não. Agora há muitos cursos e isso. O Governo tem feito coisas. Mas falta muito. Precisam de gastar , investir... não... eu queria era sair de lá.***

EU – Então o que me está a dizer, é que a ideia do prestígio ou da qualidade do ensino não foram relevantes?

***E3 – Olhe sinceramente não. Eu queria mesmo era sair de lá.***

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

***E3 – Sabe eu fui trabalhar cedo. E fui trabalhar para uma empresa que se chama Chicoil. O ISG tinham um protocolo com esta empresa. Então eu aproveitei o protocolo. Este protocolo foi o principal motivo junto com a minha vontade e os amigos foram os principais motivos.***

### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

***E3 – Não tem comparação. Mesmo quando eu andava lá, na escola, eu via a diferença entre o meu colégio e o que se aprendia no Colégio Português ou até na Escola Francesa. Em Angola há muito facilitismo. Eles fazem o que podem mas sabe ainda há muita ideia de que, por exemplo, se estou no privado tenho de passar ou se os pais têm dinheiro tenho de passar. E também os professores têm pouca formação. Há muito professores que nunca estudaram para serem professores. As condições das escolas também têm a sua influência. Eu sei que o Governo tem feito muitas leis, mas depois na prática fica tudo igual. Em Portugal é diferente. Há mais qualidade. Também há alguns professores que não são lá grande coisa, mas no geral são bons e sabem. Não tenha dúvida, em Portugal o ensino tem muito mais qualidade.***

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?

***E3 – Estou contente. No princípio foi duro. Tinha pouco dinheiro também. Não tinha dinheiro para pagar o quarto. Passei mal. Depois consegui arranjar um***

**trabalho no Colombo na restauração. Não se ganha muito mas dá para pagar as contas. Agora estou mais tranquilo e já tenho mais disponibilidade para estudar. E aqui os colegas ajudam.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E3 – Este curso vai ensinar-me tudo para que possa ser um bom gestor. Eu podia tirar este curso em Angola, mas sei que indo de fora é diferente. O diploma de fora tem mais peso, mais força. Quando se apresenta um diploma de fora chegamos a lugares mais altos. Às vezes até se começa logo por lá. Sabe se eu fizer aqui um mestrado, eu posso chegar lá e ir para um Ministério ou isso... mais fácil. O mesmo diploma lá... não vale tanto.**

#### **- D - (Aspirações e expectativas)**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E3 – Eu vim por minha iniciativa. Claro que a família me apoiou e incentivou.**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E3 – Não houve muita escolha. Como disse havia aquele protocolo e eu aproveitei.**

EU - Que motivações estão subjacentes a essa decisão?

**E3 – Eu queria sair de Angola e claro subir na vida. Eu sabia que precisava de ter um curso.**

EU - Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E3 – Eu quero poder ter uma vida sossegada, pagar as minhas contas, não dever nada. Ter um trabalho que goste e onde me respeitem.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

**E3 – Sim. Com um curso eu posso aspirar a ganhar mais e a ter uma vida melhor. Além disso, quando tens um curso as pessoas “te respeitam”, não te olham como se não fosses nada. Assim, se chegas a Angola, vindo de Portugal, e ainda levas um “canudo”... Ah, ah... te olham com admiração, ficas a te sentir importante!**

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

**E3 – Sim. Ainda há essa ideia. Quem vai de fora sabe mais, está melhor preparado, Ainda se desconfia muito dos cursos de Angola. Os empregadores olham e pensam que quem tira o curso em Angola não está preparado. Há quem pense que o curso pode ser falso... (risos)... ser comprado ... (risos).**

EU - O que pretende/pensa fazer após o término do curso? Vai voltar para Angola?

***E3 – Para Angola? Nem pensar regressar! Há violência e a vida é dura. Mesmo que se ganhe mais, há muita insegurança. Lá matam, dona! Nem pensar. Eu estou a pensar quando acabar ir para outro País da Europa ou passar um tempo no Brasil ... mesmo que a haja insegurança. Sabe que isto do COVID 19 ainda não me deixou tomar uma decisão. Mas pode escrever, eu não regresso para Angola. Prefiro ir para as obras! Aqui ganha-se pouco mas da para comer e há hospitais e isso.***

Eu – E não tem saudades de Angola? Da sua família?

***E3 – Tenho. Saudades de tudo. Mas a família vem. O que sinto mais saudades é da praia e do calor. Mas não quero regressar. Não quero.***

EU– Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

***E3 – De nada.***

## Entrevistado E4

### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E4))**

**EU** – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E4** – *Boa tarde. É um prazer participar.*

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E4** - *Tenho 25 anos e sou natural de Luanda.*

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E4** – *Estudo numa Universidade Privada, na Lusófona. Estou no último ano da licenciatura de Ciências da Comunicação.*

EU – Tem familiares em Portugal?

**E4** – *Sim. Os meus irmãos estão em Portugal e os meus pais vivem entre os dois Países. O ano passado casei-me e já tenho uma filha que nasceu em Portugal. Estamos todos em Portugal.*

### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E4** - *Em Angola estudei sempre em Luanda, num colégio privado, porque o ensino público não é muito bom. Os professores são pouco qualificados e até dão erros quando escrevem. Na escola pública os professores ainda batem nos miúdos se não sabemos responder ou se não fazemos as tarefas de casa. O ensino na banda não é grande coisa.*

*No meu caso, no colégio, os professores eram expatriados, eram portugueses menos os professores de ginástica e de música. Esses é que eram Angolanos.*

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E4** - *Eu sonho em ter um bom trabalho com um ordenado bom. Um ordenado que chegue para poder ter uma vida boa, uma casa, um carro. Sonho poder ter dar à família uma vida boa e uma vida segura. Sempre tive esse sonho e essa vontade. Por isso é que quis estudar, ter uma formação superior. Também foi por isso que sempre quis estudar fora de Angola.*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E4 - A minha família. Em Angola, desde cedo, os pais dizem que temos de vir formar-nos no exterior. Vivemos nessa ideia sempre. No exterior é melhor, tem mais oportunidade e os cursos são melhores. Também há a língua. É bom chegarmos a um lugar e percebermos tudo o que dizem. Imagine o que é chegar à Rússia como foram os meus pais.**

EU - Que razões o levaram a não estudar em Angola? (falta de oferta formativa? A qualidade do Ensino? A ideia de prestígio da formação externa?)

**E4 -No meu caso foi mesmo os meus pais dizerem que era melhor vir para o exterior, que os cursos em Angola não prestavam e que se me formasse fora teria mais oportunidades de arranjar um bom cargo. Também todos os jovens sonham em vir para o exterior. É uma “banga” ir nas férias e dizer que estamos fora. Além de que, os cursos tirados fora, têm mais valor, mais prestígio.**

Eu – Então o que me está a dizer, é que a ideia do prestígio...

**E4 - Sim, Em parte sim. Claro que também sabemos que a formação fora é melhor. Há mais condições. Os professores têm mais formação. Também há os protocolos e ainda a possibilidade do estatuto de trabalhador-estudante. Em Angola também há esse estatuto mas serve de pouco. Para trabalhar e estudar é um grande sacrifício.**

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

**E4 – Como eu disse, os meus pais sempre estiveram também em Portugal e os meus irmãos também. Assim, esta ligação foi importante. Mas houve outras. A língua e porque os costumes, alguns costumes, são parecidos. Eu sei que na banda se fala mal de Portugal, mas na verdade em Angola, nós os jovens, queremos vir ou para Portugal ou para Londres. A Segurança também é importante. Em Angola estudar à noite é perigoso. Em Angola também podia tirar um curso parecido com o que estou a tirar, mas não seria tão bom.**

#### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

**E4 -A qualidade do ensino em Angola não é muito boa. Eu sei que há faculdades que até têm professores estrangeiros. Mas veja, há poucos laboratórios, poucos estágios. A formação não é muito boa.**

**Em Portugal já há muita experiência no ensino. Há mais qualidade porque também há mais concorrência e mais vigilância. Se as coisas correm mal todos sabem e a instituição fecha. Em Angola.... (risos)**

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?

**E4 - Adoro. Há alguma exigência e esta Universidade tem alguns protocolos com Angola. Tive de estudar muito e aprender muito, sobretudo na escrita do português (risos). Mas agora já estou mais habituado e penso que fiz uma boa escolha. EU gostava de ter ido para a pública, mas ... por causa do dinheiro. As dificuldades em Angola estão a estragar a vida dos estudantes Angolanos. Há muitos pais que não conseguem mandar o dinheiro para as propinas e isso. Tenho muitos colegas que trabalham e estudam. Há bolsas mas... estão sempre atrasados nos pagamentos.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E4 -Todas. Penso que ficarei apto para o trabalho de jornalismo. Se eu tivesse ficado em Angola não teria aprendido a escrever como escrevo agora. Como eu disse há professores que dão erros. Mas penso que os cursos em Portugal deviam ser mais práticos. Haver mais estágios, fazermos mais formação na prática.**

#### **- D - (Aspirações e expectativas )**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E4 – Foi o curso que eu escolhi. Aqui os meus pais não deram palpites.**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E4 – Sabe, sempre fui mau aluno a matemática e sempre quis ser jornalista. Ainda pensei no direito, mas não gostava nada de ler aqueles códigos e aquelas leis.**

EU - Que motivações estão subjacentes a essa decisão?

**E4 - Eu gostava de ver os telejornais e sonhava um dia escrever aquelas notícias. Queria aparecer e ser famoso. Sonho de miúdo.**

EU - Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E4 – Ambições? ... Bem,... Não sei... Mas ambiciono escrever para um jornal e ser reconhecido um dia.**

EU -. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?

**E4 – Quando acabar quero conseguir arranjar trabalho. Depois talvez estude mais, mas para já só quero acabar e começar a trabalhar. Eu penso que estarei mais preparado, pois é importante conhecer outras realidades e perceber outras culturas. Agora tenho outros hábitos bem diferentes.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

**E4 - Sim, Se eu fosse para Angola tendo-me formado no exterior não começo por baixo. Arranjo logo uma coisa de diretor ou assim. Os meus colegas que já foram estão todos a trabalhar. A maioria em Ministérios. Eles dizem que chegam e não têm dificuldade em arranjar trabalho e ganham bem. Mas também dizem que são olhados com alguma desconfiança pelos colegas de trabalho que já lá estão.**

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

**E4 - Sem dúvida. Todos os meus conhecidos que tiram o curso fora, chegam a Angola e começam a trabalhar e ficam à frente dos que tiram o curso lá. Ainda se olha muito a isso.**

**Em Angola tem havido muitos avanços, mas sabe... nos últimos anos a economia não tem andado bem. Não chegam as leis, é preciso dinheiro para as por em prática, e... dinheiro... olhe é mal gasto ou vai para quem não devia ir.**

Eu - O que pretende/pensa fazer após o término do curso?

**E4 - Se nós estivéssemos a dizer isto logo no primeiro ano, dizia-lhe que iria voltar para Angola. Hoje, já com família, digo-lhe que não regresso. Prefiro trabalhar em Portugal a ganhar muito menos do que em Angola. Não há condições e há muita insegurança. Não há como estar sossegado em Angola. Falta sempre alguma coisa. Falta a água, a luz,... E ainda há a “maka” da saúde. Só quem tem muito dinheiro pode ir para uma clínica privada e no público... Não. Não vou voltar para Angola. Eu prefiro ir trabalhar para o Mac do que voltar para Angola. Lá até podia ganhar bem, mas...não.**

Eu – Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

**E4 – De nada.**

## Entrevistado E5

### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E5))**

**EU** – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E5** – *Boa tarde, Muito gosto.*

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E5** – *Eu sou do Namibe e já sou velha... (risos)... tenho 27 anos.*

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E5** – *Estou a acabar o Curso de Gestão do ISEG, o 1.ºciclo.*

EU – Tem familiares em Portugal?

**E5** – *Sim tenho. Tios, primos e o meu irmão mais novo que está a tirar Relações Internacionais na Autónoma.*

### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E5** – *Foi normal. Eu estudei sempre a escola portuguesa*

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E5** – *Eu sonho em ter um bom trabalho, com um bom salario --- (risos)*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade? (família? Amigos? Professores?)

**E5** – *Foram os meus amigos e a família. Os meus colegas da escola portuguesa vêm para Portugal ou para Londres ... risos... os que têm mais dinheiro.*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E5** – *Foi mesmo os amigos e a família. Quando acabei o 12.ºano e fiz os exames tive boas notas. Então não havia porque ir para a Privada. Eu consegui entrar pela contingência dos alunos dos PALOP's.*

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

**E5 – Eu escolhi Portugal porque tinha ca família e porque os meus amigos também vinham. Claro que a língua e a vontade de sair de Angola também foram importantes. Também porque ninguém quer ficar a estudar em Angola. Só mesmo os que não têm outra hipótese. Estudar fora tem mais peso. As pessoas olham para nós com mais respeito e até admiração. Os pais gostam de dizer que a filha se formou no exterior ... (risos).**

#### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

**E5 – Eu penso que , sem dúvida, Portugal tem mais qualidade do que Angola. Os Professores em Angola não são mesmo Professores. Eles têm uma profissão e dão umas aulas para fazer um “bico”. Não estão numa Universidade, saltam de uma para outra e não sabem preparar as suas aulas. Há muitos, pelo que dizem, que chegam à sala e ditam o que está no livro! Ora quem é que quer fazer ditado! E depois há as condições das Universidades. Falta a luz, falta a água e como se dão as aulas?**

**Em Portugal também se pode escolher muitos cursos. Alguns até esquisitos... (risos). Em Angola a oferta é pouca. Sim, em Portugal é melhor.**

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?

**E5 – Eu estou a gostar muito. Quando me perguntam eu recomendo sempre.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E5 – Este curso vai fazer de mim uma boa profissional. Mas tem muita teoria. Podia ter mais prática. Podiam arranjar estágios e por os alunos no fim do curso a aprender diretamente nas empresas.**

#### **- D - (Aspirações e expetativas )**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E5 – Fui eu que escolhi o curso**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E5 – O meu pai tem uma empresa e eu sempre disse que queria ajudar para fazer crescer. E os gestores são profissionais procurados. Há trabalho.**

EU - Que motivações estão subjacentes a essa decisão?

**E5 – Como disse há trabalho e eu queria ajudar a empresa do meu pai a crescer.**

EU - Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E5 – Eu quero ter uma vida calma, sem dividas e ter um trabalho bem pago .... risos... pelo menos é o que ambiciono. Acho que agora estou mais preparada. Aprendi muito, mudei de hábitos. Viver noutra País fez-me crescer.**

EU -. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?

**E5 – Conseguir arranjar um trabalho na minha área, mas sei que não vai ser assim tão fácil. Antes era muito mais fácil, agora é sempre preciso que algum familiar indique.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

**E5 – Eu penso que sim. Penso que me vai ajudar a ser respeitada e a ter a vida que ambiciono.**

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

**E5 – Sim. Eu penso que por ter tirado o curso fora arranjo melhor trabalho e com mais facilidade, se quiser ir para Angola.**

EU - O que pretende/pensa fazer após o término do curso?

**E5 – Ainda não sei. Talvez vá fazer o mestrado. Não sei! Mas, no princípio eu pensava que quando acabasse queria ir para Angola. Agora tudo mudou. A empresa do meu pai não está bem, o País não está bem. Assim quero poder arranjar um trabalho e ficar aqui. Não sei se por muitos anos ou se um dia regresso.**

EU– Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

**E5 – Sempre às ordens. Se precisar de mais alguma coisa... diga.**

## Entrevistado E6

### **- A - (Identificar/Caraterizar o entrevistado (E6))**

**EU** – Boa tarde. Agradeço ter consentido colaborar neste trabalho de investigação para a conclusão do mestrado em administração e gestão educacional da Universidade Aberta. Peço-lhe que responda conforme a sua sensibilidade e convicções. Solicito-lhe autorização para gravar esta entrevista e para a publicação (integral ou em parte) dos dados recolhidos. Por outro lado, quero garantir-lhe o anonimato e a confidencialidade das informações recolhidas.

**E6** – *Boa tarde. É um prazer participar.*

EU - Para iniciar gostava que se apresentasse, me dissesse a sua idade e naturalidade.

**E6** – *Sou de Luanda e já fiz 30 anos.*

EU – Que Instituição, Curso e que ano frequenta?

**E6** – *Ando na Lusofona, em Economia e estou a terminar.*

EU – Tem familiares em Portugal?

**E6** – *Sim. A minha irmã.*

### **- B - (Razões e motivações para virem estudar para Portugal)**

EU - Como qualifica o seu percurso escolar em Angola?

**E6** – *Foi complicado. Estudei num Bairro de Luanda. OS professores batiam e faltavam. Depois puseram-me no Colegio Bola de Neve. O Engenheiro batia pessoalmente nos alunos. Bastava não fazer as tarefas. Depois fui para o Muto e fiz lá até à 12ª classe. Mas reprovei alguns anos. Foi um percurso complicado.*

EU - Que “sonhos” tinha/tem para o seu futuro profissional?

**E6** – *Olhe, eu via os senhores da Sonangol ou do Governos com os seus Land Cruiser. Eu so sonhava em trabalhar num sitio daqueles para ter aqueles carros e aquelas coisas. Agora mais crescido so quero ter um trabalho na minha área. Claro que se puder ser um dirigente, um chefe... (risos).*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade? (família? Amigos? Professores?)

**E6** – *Foram os professores. Eu ainda me matriculei la numa universidade. Mas, estava sempre a ouvir a conversa de alguns professores que estudaram fora. Para eles parecia tudo mais fácil.*

EU - Quem considera que teve influência na sua escolha de curso e da faculdade e na sua vinda para Portugal? (família? Amigos? Professores?)

**E6 – A família e os amigos. É uma ideia que se tem n banda. Quando se esta fora e se chega tratam-nos melhor. E quando se estuda fora somos visto com outros olhos, somos príncipes .... (risos)**

EU – Então o que me está a dizer, é que a ideia do prestígio...

**E6 – Sim, sim. A ideia de prestígio esta sempre presente. EM Angola somos muito vaidosos.**

EU - Porque é que a sua escolha recaiu sobre Portugal? (Oferta formativa? Segurança? Língua?)

**E6 – Porque tinha ca família, falam a mesma língua e também a segurança. A isto junta-se a vontade de sair e claro a qualidade do ensino. Sim, a qualidade do ensino também foi importante.**

**Em Angola há muitas dificuldades. Os professores não ganham bem. Ser professor quase não é profissão. Os professores são como “biscateiros”. Ensinar é um “bico” para aumentar o salário. A maioria não é mesmo professor. Agora já se começa a olhar para o ensino com mais cuidado. Mas, penso que vai levar muito tempo até conseguirem. O Governo já fala em carreira, mas o que os professores ganham... (risos)... então fazem “micha”.**

EU – “micha”? O que significa?

**E6 - ... (risos) Significa que fazem.... (risos).... Negócio... sabe como é? O aluno está atrapalhado .... (risos) ....**

EU – Pode explicar-me melhor? Não percebo?

**E6 – É corrupção. Sim, em Angola ainda há quem pague e consiga passar... risos... não sei se devia dizer isto. Mas, penso que estas coisas tiram qualidade. Há professores rigorosos, mas estas coisas.... sabe...não deviam acontecer, eu acho.**

**Mas, não é só isto. Também há o problema da falta de laboratórios e de equipamentos... a internet, por exemplo, funciona mal. As faculdades não têm internet para os alunos. O Governo precisa de gastar muito dinheiro. Tem de ter bons professores, professores que só “deiam” aulas, tem de ter salas de aulas equipadas. Tem de investir na internet, nos laboratórios...olhe ...num bar para os alunos, numa biblioteca a sério,...**

EU – Está a dizer-me que as Universidades não têm uma biblioteca para os alunos?

**E1 – Não... não é isso. Ter elas têm, mas a qualidade e a quantidade dos livros... às vezes, os meus amigos, dizem que nem os livros que os professores dizem para eles consultarem estão na biblioteca. Está a ver? É isso.**

### **- C - (Perceções sobre o Ensino Superior Português)**

EU - O que pensa da qualidade do ensino superior em Angola? E em Portugal?

**E6 – Olhe não tem comparação. Aqui se não percebo eu pergunto e explicam-me. Em Angola, mandam-me ler os apontamentos (risos) está a ver! O Governo tem de apostar nos professores. Eles pagam mal aos professores e não são reconhecidos.**

EU - Qual é o seu nível de satisfação relativamente ao curso e faculdade que frequenta?

**E6 – Estou contente. Por enquanto estou contente.**

EU - Quais são as ferramentas que este curso lhe dará para o seu futuro profissional?

**E6 – Muitas. Quando acabar vou estar preparado para exercer a minha profissão. Sem dúvida.**

#### **- D - (Aspirações e expectativas )**

EU - Frequenta este curso de por iniciativa própria ou por iniciativa da sua família?

**E6 – Por minha iniciativa**

EU - Quais as razões que o(a) levam a procurar formação e qualificação nesta área que escolheu?

**E6 – Por causa do sonho de ser Dirigente. Eu achava que se seguisse direito ou economia seria muito mais fácil. Também para perceber melhor o que se passa em Angola, como País. Parece que esta bem e afinal não há dinheiro.**

EU -. Quais são as suas ambições ao nível sócio/profissional?

**E6 – Ter um bom trabalho e ganhar bem.**

EU -. Quais as suas expectativas profissionais pós formação?

**E6 – Conseguir arranjar um trabalho que pague as contas. Agora sei que aqueles sonhos eram malucos.**

EU - A formação e qualificação potenciará algum tipo de percurso social na sua vida?

**E6 – Eu penso que sim. Penso que serei mais reconhecido e respeitado. Mas também é preciso algum conhecido indicar. Sem indicação não é fácil ... (riso).**

EU - Considera que por ter tirado o seu curso em Portugal terá alguma vantagem em Angola?

**E6 – Sim. Se fosse para Angola sim. Sabe é que já não quero voltar para Angola. Há amigos que foram e já saíram. Eles dizem que a vida é complicada. Falta sempre tudo em Angola. A saúde... não é para todos porque nada funciona. Veja, o meu amigo tinha conseguido ir trabalhar na Sonangol e morava na Centralidade do Kilamba. Saía de casa às 5 da manhã e ficava a dormir no trabalho uma hora ou hora e meia. Enquanto não conseguiu uma viatura ainda foi mais complicado. Lá só os “Kandongueiros” funcionam e as pessoas vão todas apertadas nos “Hiaces”. É muito sofrimento. Aqui vai trabalhar para o MacDonaldis e ganha para comer. Juntamo-nos dois ou três e dividimos um pequeno apartamento na periferia. Mas**

***há comboio. Metro e autocarro. Até podemos morar mais longe mas há solução para chegarmos aos sítios.***

EU - O que pretende/pensa fazer após o término do curso?

***E6 - Não pretendo voltar a Angola. Prefiro ganhar menos e ficar em Portugal. Tenho saudades? Sim. Sinto falta do meu kalulu, da minha moambada aos fins-de-semana, do Mussulo, da malta da banda...mas... sabe as coisas são difíceis em Angola. Vida dura, complicada. Depois de estarmos num sítio onde podes apanhar um autocarro, onde há sempre água, onde não andas aos pontapés ao lixo... não... e a insegurança?.... não, não.***

EU– Agradeço a sua colaboração. Obrigada.

***E6 – De nada.***

## Anexo IV – SINOPSE DAS ENTREVISTAS

Categoria	Sub-categorias	Indicadores/unidades de registo	E1	E2	E3	E4	E5	E6
<b>- A - Identificação e Caraterização</b>	Naturalidade	Luanda/Outras Províncias	Luanda	Benguela	Luanda	Luanda	Namibe	Luanda
	Sexo	Feminino /Masculino	F	F	M	M	F	M
	Idade	18- 23 anos/ 24 – 29 anos/	19	21	24	25	27	sup 30
	Curso	Licenciaturas	Rec Humanos	Direito	Gestão	Ciências	Gestão	Economia
	Faculdade	Privada/Pública	Privada	Privada	Privada	Privada	Pública	Privada
<b>- B - Motivação para estudar em Portugal</b>	Incentivo	Familiares, Professores e/ou Amigos	Familiares e amigos	Familiares	Amigos Protocolos	Familiares e amigos	Familiares e amigos	Professores
	Conhecimento do País	Ter familiares a viver em Portugal	Amigos e família	Amigos	Amigos e família	Amigos e família	Amigos e família	Amigos e família
	Facilidade comunicação	Língua		Língua		Língua e Segurança		Língua
	O Ensino em Angola	A Qualidade de Ensino em Angola/ Falta de oferta	Qualidade e a Falta de oferta	Qualidade e vontade de sair	Vontade sair	Qualidade e vontade de sair	Qualidade e vontade de sair	Qualidade e vontade de sair
	Sonho	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio		Ideia de prestígio	Ideia de prestígio	Ideia de prestígio
<b>- C - Perceções sobre a formação Superior em Angola e em Portugal</b>	Ensino em Angola		Não tem qualidade. Há O Ensino em Portugal tem	Ainda falta muita coisa e reflete-se O Ensino em Portugal tem	Angola há muito facilitismo Apesar de não ser o que tem	Angola não é muito boa. Eu sei que há Tem bastante qualidade, mas	A oferta é pouca e deficientes O Ensino em Portugal tem	Pouca qualidade pela O Ensino em Portugal tem
	Ensino em Portugal	Qualidade/Sem Qualidade						
	Oferta Formativa em Angola	Muita Oferta/ Pouca Oferta	Pouca Oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta	Há oferta
	Oferta Formativa em Portugal	Muita Oferta/ Pouca Oferta	Muita Oferta	Muita Oferta	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal	Muita Oferta em Portugal
<b>- D - Expetativas/aspirações após término da formação</b>	Voltar a Angola	Ter um bom emprego em Angola / Reconhecimento social /	"Quando acabar espero ter um bom emprego em Angola e ganhar bem para ter qualidade de vida"	"Quero ir para Angola e ser reconhecida. Ter um bom cargo."	"Nem pensar regressar! Há violência e a vida é dura."	"Depois de ter visto outra vida, não quero regressar."	"No princípio queria ir. Mas agora não. Quero poder arranjar um trabalho e ficar aqui."	" ... a vida é complicada. Falta sempre tudo..." "Não pretendo voltar a Angola. Prefiro ganhar menos e ficar em Portugal."
		Ter melhor qualidade de vida em Angola						
	Viver em Portugal	Ficar em Portugal a viver e trabalhar						